



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL, DE 16 DE
OUTUBRO DE 2023, ÀS 9 HORAS E 54 MINUTOS**

O SR. PRESIDENTE (Amélio Cayres) – Atendendo à solicitação do Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim, declaro aberta a audiência pública para debater sobre o conteúdo orçamentário do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da Câmara Federal, para o ano de 2024, que irá compor as prioridades e metas do Governo Federal para o ano letivo de 2024.

Convido para compor a Mesa, os trabalhos da audiência pública, nosso Governador do Estado, Wanderlei Barbosa.

(Aplausos)

O autor do requerimento, Deputado Federal Carlos Gaguim, representando o presidente da Comissão Mista de Planos Orçamentários Públicos e Fiscalização, Senadora pela Paraíba, Daniella Ribeiro.

(Aplausos)

Deputado Federal do Ceará, Danilo Forte, relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2024.

(Aplausos)

Senadora Professora Dorinha, membro titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

(Aplausos)

Deputado Federal Vicentinho Júnior, membro titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

(Aplausos)

Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro André Luiz Matos.

(Aplausos)



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Representando a Prefeita de Palmas, Cinthia Ribeiro, o Secretário Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Eron Bringel.

(Aplausos)

2ª Secretária da Assembleia Legislativa, Deputada Professora Janad Valcari.

(Aplausos)

Chefe Geral da Embrapa, Danielle de Bem Luiz.

(Aplausos)

Presidente da ATM, Prefeito de Talismã, Diogo Borges Araújo.

(Aplausos)

Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae, do Sistema Faet e Senac Tocantins, Paulo Carneiro.

(Aplausos)

Cumprimentar os Deputados Jair Farias, Vanda Monteiro; Secretário Sergislei; Secretária da Mulher, Berenice Barbosa; Comandante- Geral da Polícia Militar, Coronel Márcio Barbosa Mendonça; Secretária Estadual de Pesca e Aquicultura, Miyuki; Secretário Estadual de Turismo Hercy Filho; Secretário de Segurança Pública, Dr. Wladimir Costa Oliveira; Vice-Reitor Marcelo Leineker , representando o Reitor da Universidade Federal do Tocantins Luis Eduardo Bovolato; Reitor da Universidade Federal do Norte do Tocantins, Airton; Prefeita de Gurupi, Josi; Prefeito de Colinas, Carlos Casarin; Prefeito de Abreulândia, Manuel Moura; Prefeito de Aparecida do Rio Negro, Suzano; Prefeito de Barrolândia, Adriano; Prefeito de Carmolândia, Neurivan; Prefeita de Caseara, Ildislene Santana; Prefeito de Conceição do Tocantins, João Paulo; Prefeito de Dueré, Valdeni Carvalho; Prefeita de Figueirópolis, Jakeline; Prefeita de Goianorte, Nega; Prefeita de Itacajá, Aparecida; Prefeito de Itaporã, Zé Rezende; Prefeita de Lizarda, Sussu; Prefeita de Monte Santo, Enfermeira Nezita.

Parabéns às mulheres, viu!?



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Prefeito de Nova Rosalândia, Prefeito Enoque; Prefeito de Pequizeiro, Jocélio Nobre; Prefeito de Pugmil, Dircineu Bolina; Prefeito de Rio dos Bois, Moacyr Oliveira; Prefeito de São Bento, Paulo Anderson; Prefeito de Santa Tereza, Antônio Campos; Prefeito de São Félix, Carlão; Prefeito de Tocantinópolis, Paulinho do Bonifácio; Coordenador da Universidade, Dr. Luiz Sinésio Neto.

Agradeço a presença de todos.

Registro com alegria esta audiência pública, em um momento importante, quando nós estivemos também nos municípios cuidando do PPA e ali fora acolhida uma determinação do Governador, as demandas, praticamente todos os municípios tocantinenses. E que, realmente, sejam colocadas aqui as necessidades, principalmente referentes aos municípios, porque ali onde vivem as pessoas é de onde arrecadam.

Precisamos, aí eu bato sempre, fazer a reforma política e tributária, onde a divisão dos bolos realmente tem que passar para o município, que é dali que arrecada e normalmente fica uma maioria dos municípios com os problemas e com menos dinheiro.

Mas é uma alegria muito grande participar. Esta Assembleia Legislativa os acolhe de braços abertos. Esta é a Casa do Povo para esta demanda.

Agradecer a presença de todos, e transfiro a Presidência dos trabalhos nesta audiência pública para o Sr. Deputado Federal Carlos Gaguim, membro titular da Comissão Mista do Orçamento, Relator Setorial do Ministério do Desenvolvimento e do Meio Ambiente.

(O Sr. Deputado Carlos Henrique Gaguim assume a Presidência)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Henrique Gaguim) – Bom dia a todos.

Agradecer a presença do nosso querido Governador, com todo seu Secretariado aqui presente, que elaboraram... Meu Deputado Danilo, nosso relator da LDO, que o Governador fez o PPA, onde participaram todas as regiões. Ele esteve com nós, Parlamentares, com a Senadora Dorinha, com o Deputado Vicentinho, com o nosso Presidente da Assembleia, em seu nome o Deputado Jair, a Deputada Vanda, a Deputada Janad e os demais Deputados que não estão aqui, porque estão em agenda fora.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Dizer a todos vocês que é uma grande honra, numa segunda-feira pós-feriado parabenizar aqui as mulheres, que tem aqui a maioria das prefeitas mulheres, a nossa Secretária da Mulher aqui presente, parabéns. Que a força da mulher... A nossa presidente da Embrapa que está aqui, que representa também as mulheres, as nossas prefeitas.

Para não citar nomes que já foram falados aqui, pra gente acelerar, quero aqui passar já a palavra para a Senadora Dorinha dar o seu bom dia, logo após o Deputado Vicentinho. o Governador. Eu vou deixar ele mais um pouco. Ele seria o primeiro, mas eu quero que ele fique um pouco, Governador, eu sei da sua agenda corrida, mas é importante que o nosso relator, até para você depois fazer as cobranças para ele, que o Tocantins precisa muito. E o Danilo hoje é um dos Deputados mais importantes da Federação, hoje é o nosso relator da LDO. Fez o PAC, tem PAC, tem 1 trilhão e 900 milhões do PAC.

Mas se não cobrar, se não colocar, se não reivindicar, não sai.

Então, através do Danilo, tinha cinco Estados que ele escolheu. Nós fizemos um requerimento em meu nome, em nome da Dorinha, em nome do Vicentinho, em nome do Senador Eduardo, fez esse requerimento para que ele pudesse estar aqui hoje na segunda-feira.

Eu falei, olha, vai dar pouca gente, mas “Não, Gaguim, eu faço questão de ir lá”. E, graças a Deus, está o Governador aqui com a sua equipe e vocês presentes.

Muito obrigado a vocês que estão aqui, as entidades, nesta manhã.

Declaro aberto o Seminário Regional de Discussão do Projeto de Lei Orçamentária para 2024 da Comissão de Orçamento Público e Fiscalização.

Quero transmitir as escusas da Presidência desta comissão, a Senadora Daniella, que pode ser representada em tempo que seu pedido foi indicado para presidir esta reunião.

Então está aberto, e vou passar para a Senadora Dorinha, para dar continuidade aos trabalhos.

Muito obrigado a todos vocês.

Você vai assumir a Presidência para dar continuidade aqui.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

(A Sra. Senadora Professora Dorinha assume a Presidência)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Bom dia.

Deixa eu organizar aqui, porque o Gaguim sendo Gaguim, né, gente? Todo mundo conhece o Gaguim.

Agradeço, de maneira muito especial, a presença do nosso Governador, Wanderlei Barbosa, a sua atenção em estar aqui neste momento importante. Eu creio que é a primeira vez, Deputado Danilo Forte, que um relator da LDO faz essa caminhada nas diferentes regiões.

O Estado do Tocantins fez a sua tarefa de casa discutindo o PPA nas diferentes regiões, ouviu a população, as lideranças políticas. Tivemos aqui a visita da Ministra Simone Tebet, para discutir também o PPA, e a vinda de um relator da LDO, se não fosse pela sua importância o fato de ser um Deputado tão presente e ativo, mas a disponibilidade de ir às diferentes regiões.

Então, sejam bem-vindos.

Eu vou seguir aqui, porque, na verdade, como o nosso Presidente aqui que estava na Sessão, o Deputado Amélio Cayres, passou a Presidência ao Deputado Gaguim, que é quem deveria coordenar esta Sessão...

Hoje a Comissão de Orçamento tem, percentualmente, um maior número de representantes por Estado e, proporcionalmente, é o Tocantins. Nós somos cinco representantes na Comissão de Orçamento. E sou relatora da Receita, e o Deputado Gaguim é relator da Integração e Meio Ambiente. O Senador Irajá é relator da Infraestrutura. O Senador Eduardo Gomes é membro na comissão. O Deputado Vicentinho também membro já.

Acho que, se fosse todo ano possível, não é, Vicentinho, estaria lá, conhece muito, acompanha o Orçamento. Então a nossa vontade, o desejo é semelhante ao desejo de fortalecer o nosso Estado. Um Estado jovem que tem demandas muito importantes.

Deputado Amélio Cayres, quero cumprimentá-lo e, em nome dele, saudar a Assembleia Legislativa, ao mesmo tempo cumprimentar a Deputado Vanda Monteiro, o



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Deputado Jair Farias, a Deputada Janad Valcari, que estão aqui conosco representando os Deputados.

O Deputado Gaguim, que é o autor desse requerimento.

Creio que já saudei todos.

Quero, em nome do presidente Diogo Borges, dizer assim, primeiro da alegria nossa de vermos tantos prefeitos e prefeitas.

Eu sei que é difícil nas atividades que cada um aqui realiza, os desafios, os momentos, mas tem um excelente quórum aqui de prefeitos e prefeitas.

Gostaria de cumprimentá-los, em nome do Digo Borges, e quero também aqui, em nome das prefeitas, cumprimentar todos os prefeitos aqui presentes.

Cumprimentar e agradecer o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro André Matos, Presidente, que vem assumindo uma tarefa muito importante para todos nós, como na proximidade da própria Gestão.

Tem aqui uma lista enorme de saudação, e, em virtude do tempo, peço desculpas a todos, não vou conseguir saudar, mas vou saudar alguns Secretários, o Secretário Wlademir, da Segurança Pública; a Secretária Berenice, da Secretaria da Mulher; o Secretário Hercy Filho; agradecer a todo o Secretariado do Governador.

Quero cumprimentar, em nome do Sergislei, que é o Secretário de Planejamento e Orçamento, cumprimentar toda a equipe do Governador que aqui nos acompanha.

Cumprimentar o reitor da UFT, agradecer e, em nome dele, saudar todos os representantes de órgãos federais, Dra. Danielle, que é representante da Embrapa.

(Manifestação fora do microfone)

Com a palavra o autor do requerimento, o nosso Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim...

(Manifestação fora do microfone)

Com a palavra o Deputado Federal Vicentinho.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

O SR. VICENTINHO JÚNIOR – Vou me aconchegar aqui perto dele, porque quanto mais intimidade, mais Orçamento para o Tocantins.

(Risos)

Então vou... Isso vai chegar a todos os nossos municípios do Estado, todos os órgãos federais, a todas as demandas importantes, Danilo.

Primeiro, seja mais do que muito bem-vindo ao nosso Estado.

O Tocantins é feliz em tê-lo aqui, eu dizia, ontem por acaso nos encontramos no aeroporto em Brasília, vindo à noite para o Tocantins, e um casal de paraense que estava ao nosso lado, eu dizia a ele: “Esse hoje é o mandato mais importante da República”.

É a caneta dele que vai dizer o que vai chegar de ação ao Congresso Nacional, votar daqui a pouco, e o Governo Federal, o ano que vem, executar nos municípios. Então é a tinta da caneta dele que vai virar medicamento, vai virar casa popular, vai virar asfalto, vai virar obras estruturantes para os Estados, e, com o bom senso do Congresso Nacional, coisa que nunca faltou nestes anos que se passam, o Brasil vai se consertando.

Então seja muito bem-vindo.

É com muita alegria que nós, como tocantinenses, o recebemos aqui em um momento importante da Bancada Federal, diga-se de passagem, a gente que já tem alguns membros que por várias vezes participaram da CMO, eu estou lá pela 5ª vez honrosamente, mas é a maior participação da Bancada Federal do Tocantins na Comissão Mista de Orçamento, onde este ano nós temos lá os três Senadores e temos dois Deputados Federais, o Carlos Henrique Gaguim e o Deputado Federal Vicentino Júnior.

Então é com muita alegria e com muito zelo que a gente vai tratar sobre esses temas a serem votados daqui a pouco na LDO. Hoje mesmo o prefeito de Pedro Afonso, Joaquim Pinheiro, me ligava preocupado: “Quando é o momento dos prefeitos voltarem a Brasília para tratar sobre as emendas parlamentares do ano que vem”. Eu dizia: “Joaquim, tenha calma, porque neste novo momento está tudo atrasado, nós ainda nem votamos a LDO



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

na Comissão de Orçamento para saber o que vai ter de ação, um número específico, para tratar com vocês”.

Então, assim que nós votarmos a LDO, a gente começa a ter uma noção do que vai ser feito de fato, se alguma ação nova vai ser criada. Danilo vai trazer uma informação muito importante para vocês, prefeitos aqui presentes. Eu peço a licença de não cumprimentar todos, porque todos já foram aqui por antecedência cumprimentados.

Eu só trago, Danilo, algumas demandas do Estado do Tocantins, para ser bem breve. Eu vejo prefeitos aqui de todas as regiões, eu vejo parlamentares que representam a região norte lá do nosso Bico, como o Deputado Jair Farias, Deputado Wiston, que está ali cabeludo, danado, quase nem conheci de longe, já estou até com inveja, depois tu vai me indicar esse doutor que você foi para ver se eu dou certo lá, vou eu e uma turma de prefeito, mas tem demandas de todas as Casas.

No PPA, a Deputada Vanda, da capital Palmas, e de vários municípios, a Deputada Janad Valcari, o Deputado Estadual Cleiton Cardoso aí mais cedo. Se tiver por aqui, por nós cumprimentado seja, mas tem demandas que são estruturantes, vou dar exemplo... Faltou nós termos discutido um pouco mais, eu dizia isso à Ministra Simone Tebet, eu tenho uma posição de posição política, mas não tenho posição de oposição ao Brasil.

Eu não vou ser na CMO instrumento de maltratar o nosso País, de maltratar o meu Estado e, conseqüentemente, penalizar os municípios dos quais consiste o nosso Tocantins. Tudo aquilo que eu puder fazer dentro do bom senso das práticas republicanas, para atender os municípios do Estado, para atender o Tocantins, eu tenho certeza que assim lá faremos. Mas tenho dificuldade de entender como é que eu vou fazer sem ter dinheiro. Eu tenho dificuldade de entender como é que vou fazer sem ter prioridade desse dinheiro.

Como é que eu vou fazer, por exemplo, a Bancada Federal já se reuniu em momento oportuno com o nosso Governador Wanderlei Barbosa, para tratar da finalização da federalização da BR-010, que liga Porto Nacional até Palmas? Tendo em vista que Palmas, ainda é a única Capital do Brasil que não tem uma ligação continuada por uma



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

rodovia federal, tendo em vista que as rodovias de começo zero têm prioridade de sair da capital de Brasília até uma capital de Estado; e Palmas não tem.

Nós começamos em 2016, através da MP nº 708 essa federalização, mas que falta o Ministro Renan Filho finalizá-la para que a Bancada Federal possa colocar parte do Orçamento para nós fazermos o início dos projetos da duplicação da BR-010, que liga o município de Porto a Palmas, onde muitos municípios do sudeste que aqui se encontram, quando vêm consumir na Capital, quando vêm dialogar com o Governo Estadual, passam por ela, e, em consequência disso, muitos acidentes acontecendo.

Temos alguns absurdos no Tocantins, como pontes que foram iniciadas, e não foram finalizadas. Dou como exemplo a ponte do rio

Perdido, no município de Rio Sono. Os pilares estão levantados há mais de vinte anos, onde tinha uma demanda judicial junto ao TCU, que já temos quatro ou cinco anos que foi superada, as vigas estão jogadas ao chão e tem uma necessidade, há tempos que a Bancada Federal assim cobra, Deputado Gaguim e Senadora Dorinha, para que se faça um estudo para saber se aquelas vigas, porque ainda são protendidas, estão aptas a serem lançadas na ponte para poder ligar o município que enxerga do outro lado do rio o município de Pedro Afonso, mas que para ter contato tem que ir lá em Bom Jesus e voltar pela BR para pode ter acesso, coisa que, com pouco investimento do Governo Federal, traria uma grande demanda do Estado.

Nós temos a BR-235, aliás, relator Danilo, o Tocantins, se você for ali no Palácio Araguaia, vai descobrir que o primeiro degrau dele é o ponto geodésico do Brasil. Estamos no coração verdadeiramente do nosso País.

Para qualquer canto que você for, o meio do Brasil é na Capital Palmas, uma logística fenomenal, duas rodovias importantes que cortam o Estado de norte a sul. Dou de exemplo a 010, a 153, a nossa Belém-Brasília, temos a Ferrovia Norte-Sul passando aqui, nós temos a chegada daqui a pouco da Fiol, que inclusive a Deputada, hoje Prefeita de Gurupi, Josi Nunes, sabe qual vai ser o benefício da Fiol chegar à região, chegando por



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Figueirópolis, município da minha Prefeita Dona Jaqueline, o que vai ser para a região sul e o que vai ser para o Brasil.

Nós fizemos dias atrás uma audiência pública para tratar da Hidrovia Tocantins-Araguaia, os Estados Unidos têm o Mississipi, que faz lá hoje o maior transbordo fluvial do mundo, e nós temos a possibilidade de ter o segundo maior transbordo fluvial do mundo, ligando os Estados do Pará e Tocantins pelos dois rios que nos cortam em suas regiões, que é no Pedral do Lourenço, uma obra a ser feita, um RDC que foi lançado no Governo Michel Temer, mas que o Ibama senta em cima porque quer saber onde é que aqueles pássaros que hoje vivem no pedral irão quando o pedral for deslocado.

Um absurdo desse comete-se aqui no município de Taguatinga, onde faltam somente 7 quilômetros da BR-242, mas, para concluir a sua pavimentação, tem quase dez anos que se aguardam 7 quilômetros porque querem saber onde está a finalização do estudo espeleológico, e o Ibama também senta em cima, como senta também lá no Pedral do Lourenço.

O aeroporto de São Félix, o Governador já lançou a licitação, vai ser, por sugestão da Bancada Federal, uma obra que vai ter a parceria da Bancada Federal e o Orçamento do Governo do Estado para desenvolver o turismo da região do Jalapão, que você em outro momento vai voltar aqui para conhecer, que é o lugar mais lindo.

O seu Ceará tem muitas belezas naturais, mas longe do que é o nosso Jalapão, que está aqui no Estado do Tocantins, com todo o respeito ao vosso Estado.

E outras demandas que vou deixar para o Deputado Gaguim colocar. Por exemplo, aqui os municípios que estão presentes querem saber, por exemplo, eu tenho certeza, Presidente Diogo, como vão chegar aqueles dois ônibus colocados pela Bancada Federal, em parceria com o Governo do Estado, via Governo Federal. Como vai ser essa praticidade da aplicação da emenda?

Esses dias, eu até fui cobrado pelo Ministro das Cidades, esqueci o nome do dele, o irmão do Jader Barbalho, Jader Filho, na posse do Ministro Fufuca, por que eu não estava presente no evento dele aqui no Tocantins, e eu falei: “Ministro, sem querer ser



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

deselegante e com respeito a todos os outros que participaram, Orçamento é um tema que eu estudo”.

Eu gosto muito desse tema, não foi à toa que arrancamos obras como a Ponte de Xambioá, a BR-010, a 242, e por aí vai indo, trabalho da Bancada, e eu custo entender como vou participar de um programa em que estou vendo mais dinheiro investido na publicidade, na propaganda dele, Governador, do que na sua efetividade.

Quero que você diga quanto é que tem, de fato, colocado para o Programa Minha Casa, Minha Vida, porque está gerando muita expectativa nos gestores aqui.

Quem não quer ver uma unidade habitacional chegar lá em São Bento, meu prefeito? Em Tocantinópolis, que eu sei que é marca de vocês fazerem lá as casas populares?

Eu não faço casa sem ter dinheiro. E, quando eu olho o Orçamento do programa e da publicidade do programa...

Inclusive, Danilo, eu vou apresentar uma emenda, porque depois de ver alguns anúncios do Governo Federal de quanto vai gastar de publicidade, eu acho uma afronta ao momento que vivemos.

Prefeito com dificuldade para pagar a folha, com dificuldade de receber seus repasses, com dificuldades de receber suas emendas impositivas está vendo bilhões sendo anunciados que serão investidos em publicidade. Eu vou apresentar uma emenda, para cortar a publicidade do Governo Federal e que esse Orçamento seja utilizado nos programas efetivamente.

Eu prefiro ver muito mais 700 milhões, Jair, 700 milhões de publicidade para anunciar o Programa Minha Casa Minha Vida... Quanto isso não dá de casa! Ora, o mesmo dinheiro que eu compro uma propaganda de outdoor é o mesmo dinheiro que eu compro medicamentos para vosso município, em Caseara.

O mesmo dinheiro que eu pago uma ambulância, o combustível, o pneu ou a manutenção dela, o piso salarial dos enfermeiros, do magistério, é o mesmo que eu vou pagar uma agência de publicidade que hoje rir para as paredes ali em Brasília.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Então está na hora de nós definirmos... Até porque dinheiro não acaba, eu digo sempre, já falei várias vezes e repito, dinheiro só muda de mão, Presidente Amélio, e só muda de prioridade. Se eu tenho dinheiro para publicidade, e não tem para o medicamento, bora voltar a priorizar os medicamentos na Saúde, então, dessa forma, eu vou pedir desde já a sua solidariedade, porque o Danilo é um profundo conhecedor de orçamento, não é à toa que, se hoje nós temos, no Congresso Nacional, as emendas impositivas individuais, as emendas de Bancada impositivas que dão segurança de executar os nossos municípios, Carlão, os recursos necessários para as necessidades de momento, foi um trabalho da CMO, e ele hoje está trazendo uma novidade, para eu encerrar minha fala, uma novidade para todos nós aqui envolvidos.

Porque, quando o Governo Federal, Jair, quer cumprir a meta fiscal, depois de praticar absurdos durante o ano, usando recurso para outras prioridades, que não é de fato chegar na ponta, o Governo Federal para cobrir meta fiscal vai lá e contingencia as emenda, do Congresso Nacional, contingencia, Prefeita Maria Aparecida, aquele recurso que senhora buscou com o Deputado Gaguim, com a Senadora Dorinha, com algum membro da Bancada, quando a senhora planejou a execução de um bloquete, execução de equipamento; vai lá, contingencia e vamos ver no ano que vem como que faz um RAPs, o restos a pagar.

Então, ele hoje traz no texto da LDO a possibilidade de nós votarmos e aprovarmos na CMO e votarmos e aprovarmos no Plenário do Congresso Nacional, do não contingenciamento das emendas parlamentares, individuais...

(A campanha é acionada)

...e de bancada, ou seja, dinheiro capitaneado por vocês...

(A campanha é acionada)

...prefeitos e prefeitas.

Com a Bancada Federal é dinheiro para ser executado na ponta, é dinheiro que a gente vai entregar aquele benefício para quem é de direito, que no final é o cidadão tocantinense.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Então, Danilo, parabéns por sua coragem de enfrentar esse tema, obrigado, por vir ao Tocantins compartilhar com nós esses números e momentos, que todos nós aqui estamos ansiosos, e conte com a Bancada Federal do Estado do Tocantins, capitaneada pelo nosso Líder Wanderlei Barbosa, mas em solidariedade porque quem escuta mais, erra menos, por nossos prefeitos e prefeitos que aqui estão, Secretários de Estado, Comandante da Polícia Militar, que trazem a necessidade do Estado em obras estruturantes, para que a Bancada Federal do Estado Tocantins erre menos possível e seja o mais solidária possível ao Tocantins, que é na ponta onde os tocantinenses estão, que é nos nossos municípios.

Então sejam bem-vindos, contem conosco, que, no final, o Tocantins, o Brasil saiam de fato os grandes vencedores, com o relatório apresentando por V. Exa. na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Agradeço as palavras do Deputado Vicentinho Júnior e passo em seguida a palavra...

(A campanha é acionada)

...para o presidente da ATM, Prefeito de Talismã, Diogo Borges, para suas considerações.

O SR. DIOGO BORGES – Meu muito bom-dia a todos e a todas que se fazem presentes neste importante evento trazido ao Tocantins pela Bancada Federal, pelo nosso Deputado Carlos Gaguim, que foi autor do convite.

Meu bom-dia a mais de trinta prefeitos, vice-prefeitos, primeiras-damas, vereadores aqui representados.

Temos aqui, Deputado Gaguim, todas as regiões do Tocantins representadas, da minha região sul ao Bico do Papagaio do Paulo Anderson, do Jalapão do Carlão, região perto de Palmas, do Prefeito de Pequizeiro Jocélio, das grandes cidades, está aqui o Casarinho de Colinas, Tocantinópolis.

Uma discussão perfeita, num momento perfeito, né, este é momento para se discutir o Orçamento, tendo em vista que os municípios do Brasil e do Tocantins passam por uma grave crise financeira.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Quero cumprimentar bem rápido toda a Bancada Federal, em nome do Deputado Gaguim, o meu amigo Vicentinho Júnior, a minha Senadora Dorinha, presidente do meu partido.

Quero cumprimentar toda a equipe do Governo do Estado, em nome do amigo Governador Wanderlei Barbosa, Governador que vem fazendo muito pelo municipalismo tocantinense.

Governador, sinta-se cumprimentado juntamente com toda sua equipe.

Cumprimentar aqui todos os produtores presentes, rurais, o braço forte do Brasil, em nome do amigo Paulo Carneiro; os Deputados Estaduais, em nome também do grande amigo Amélio, que está aqui.

Enfim, de igual forma todas as instituições, Embrapa, todos os parceiros que vêm construir aqui um momento único, histórico, como a Dorinha falou, que é discutir o Orçamento.

Tendo em vista que a associação tocantinense hoje, relator... me fugiu o nome, Danilo Forte, representa todos os municípios do Estado do Tocantins, e fazer o relatório sobre o Orçamento é muito fácil porque a gente está no dia a dia.

Eu sou prefeito de um cidade pequena, 0,6, à qual são mais de 80% dos prefeitos do Tocantins. Esses prefeitos que têm muitas dificuldades. Então, num passe de mágica, como resolver o problema do Tocantins e dos municípios pequenos? Aumento de recurso, Deputado Jair Farias.

Você, que foi prefeito da nossa Sítio Novo, sabe o quanto nós temos sofrido com essa situação. A gente não entende como é que o Governo Federal bate *record* de arrecadação, como diz Vicentinho, e na ponta o primeiro repasse do dia 10 agora, do FPM, vem 11% menor, tendo em vista que somos cobrados todos os dias para pagar pisos, pagar situações que vêm lá de cima, sem um controle financeiro, e os repasses nunca chegam.

Então aqui o Tribunal de Contas da União, que tem sido um parceiro, Dr. André, dos municípios para enfrentar essa crise financeira, sendo entendedor desse momento.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Então, nessas discussões o ponto principal seria aumentar os recursos do FPM. A gente precisa aprovar 1,5%, que está em pauta, Senadora Dorinha, urgentemente, que será a forma mais rápida...

(Aplausos)

...de se atenderem os municípios do Brasil, é fazendo chegar recursos na mão dos prefeitos, é fazendo chegar aonde mais precisa.

Diante disso temos várias situações que são levantadas no grupo. Como pode um prefeito receber 53 centavos de merenda escolar por aluno?

Eu coloco isso, Conselheiro André, o senhor que faz um trabalho lindo da 1ª infância, o prefeito recebe menos de 1 real para dar merenda para um aluno. O que se compra com 1 real no Brasil, hoje, Prefeita Nega, de Goianorte?

O transporte escolar do Estado, nós recebemos um valor altíssimo comparado à União. O município 0.6 recebe 5 mil reais de ajuda do Governo Federal para transportar os alunos da zona rural.

A gente precisa entender esses pequenos detalhes, que é luta da Professora Dorinha lá, a gente precisa, Professora Dorinha, aprovar de forma urgente o custeio, ou não sei se aprovado está, para a Educação.

A Educação, que é prioridade para a senhora, precisa ser prioridade, precisamos de recurso.

Hoje os 25% que são obrigatórios, são alcançados por todos os municípios pequenos tendo que colocar dinheiro do recurso próprio na merenda, no transporte escolar, no pagamento dos professores.

Tudo isso vai de encontro a essa crise.

Nós precisamos também colocar em pauta nessa discussão as conclusões das obras inacabadas, que é outra luta da Professora Dorinha, mas que essas, Presidente Amélio, precisam ser atualizadas, as suas planilhas.

Não temos condições, Deputado Gaguim, de terminar essas obras com as planilhas antigas. Tem que haver essa atualização. E eu quero aqui também elencar as



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

construções de várias pontes, que são sonhos do tocantinense, como a ponte de Carolina, no Maranhão, que é um pedido do prefeito de Filadélfia, de toda aquela região, nessa integração Tocantins-Maranhão. É de suma importância o desenvolvimento do Maranhão e do Tocantins. Eu quero elencar aqui também...

(A campanha é acionada)

...as BRs que estão aí, como a 010, que é um sonho de todos os tocantinenses, que vai integrar a todos...

(A campanha é acionada)

E eu quero finalizar aqui dizendo: olhe para o município no Orçamento. Os municípios precisam definitivamente, relator, ser colocados no Orçamento da União e que a palavra “municipalismo” não seja sempre uma palavra bonita de ser dita, mas sim de ser executada. No mais, parabéns Deputado Gaguim, da Bancada Federal, relator, por trazer ao Estado do Tocantins essa discussão, porque nós não somos o maior Estado da Federação, mas nós somos o Estado mais promissor e lindo do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Obrigada ao prefeito de Talismã, Diogo Borges, presidente da Associação Tocantinense de Municípios.

Passo a palavra para a Chefe-Geral da Embrapa do Tocantins, a Sra. Danielle de Bem Luiz.

A SRA. DANIELLE DE BEM LUIZ – Bom dia.

Agradeço o convite do Deputado Gaguim e do Deputado Danilo.

Cumprimento todo o dispositivo de honra e todos os demais presentes.

Já entregamos os pedidos da Embrapa ao Deputado Danilo, mas, em nome das universidades que aqui estão presentes, reitor, bom dia, só vou reforçar um único pedido, que seria alterar o art. 63 do projeto, para estender à Embrapa e demais instituições federais que atuem em ciência, tecnologia e inovação, sem vínculo ao MCTI, Ministério da Ciência



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

e Tecnologia, a facilidade de remanejamento de valores durante a execução orçamentária, que foi concedida apenas ao MCTI e suas vinculadas.

Então as outras são instituições que também são ICTs, Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação, vinculadas ao MEC ou ao Mapa, e os demais Ministérios também terem esse benefício.

Contamos com vocês.

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Obrigada.

Só para a gente organizar.

O tempo total será de cinco minutos se necessário. Mas, com quatro minutos, nós vamos anunciar para a organização; vai falar a Mesa. Depois da exposição do nosso relator da LDO, Deputado Danilo Forte, aí nós vamos abrir para as inscrições o que for possível de participação.

Passo a palavra agora para o Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o Conselheiro André Luiz Matos.

André Luiz Matos é pós-doutorando em Gestão de Políticas Públicas pela USP e pós-doutorando em Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional pela UFT.

Doutor em Direito pelo Centro Universitário de Brasília.

Sr. Presidente.

O SR. ANDRÉ LUIZ MATOS – Gostaria de cumprimentar inicialmente o Senhor Governador Wanderlei Barbosa e parabenizá-lo pela forma com que vem conduzindo sua Gestão, Governador, de forma harmônica entre as instituições, contribuindo assim para o desenvolvimento do nosso Estado.

Quero cumprimentar o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Amélio Cayres.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Aproveito a oportunidade, para reiterar o compromisso constitucional do Tribunal de Contas, de auxílio técnico a esta Casa, não só a esta Casa, mas como a todo Parlamento tocantinense.

Gostaria imensamente de agradecer o convite, Deputado Carlos Gaguim, vou estar aqui falando minhas compreensões sobre esse tema tão importante e dizer que nossa confiança e convivência data de longos tempos, desde a época que fui seu reitor na Universidade do Tocantins. Então, tenho por V. Exa. profundo apreço e consideração.

Deputado Danilo Forte, meu contrerrâneo, meus parabéns pela iniciativa e pela coragem de ir aos Estados ouvir de perto a importância que tem o investimento público que se dá através do Orçamento.

Professora Dorinha, sua luta pela Educação, trabalhando na receita pública, na Comissão Mista de Orçamento, isso é importantíssimo, para que a gente tenha receitas justas e não subestimadas, para que o planejamento possa caminhar em cima de receitas honestas e para que o planejamento realmente possa acontecer como deve.

Deputado Vicentinho Júnior, meus parabéns pelo seu pronunciamento, considerações muito acertadas.

Cumprimento os Deputados Wiston Gomes, Professora Janad, Deputado Jair Farias, Vanda Monteiro, Cleiton Cardoso.

Representando a Prefeitura de Palmas, Eron Bringel.

Meu amigo presidente da ATM, Diogo Borges, meus parabéns pelas palavras sempre acertadas.

Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae, Paulo Carneiro.

Chefa-Geral da Embrapa, Danielle.

Deputado Forte, o Ministro Carlos Ayres Britto disse certa vez que, depois da Constituição, as peças orçamentarias são as leis mais importantes do País, e a razão para isso não é outra, é que não se faz política pública em Saúde, Educação, Segurança, em qualquer área, sem que a despesa possa ser autorizada a partir do Orçamento.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Então o sucesso de um País e das suas políticas públicas depende de um orçamento tecnicamente estruturado e exequível. Nós estamos falando aqui sobre Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Lei de Diretrizes Orçamentárias é a peça elo entre o PPA e a Lei Orçamentária Anual. É a partir da LDO que se discutem metas e prioridades. A importância do que se faz hoje aqui para o País e para o Estado do Tocantins, é difícil até mensurar.

Nós temos se aproximando aí os investimentos do PAC da ordem de 1 trilhão e 900 milhões. Esse recurso, Deputado, exige, primeiro, planejamento e, depois, agilidade na execução e também na fiscalização.

O nosso País tem 33 Cortes de Contas, incluindo o TCU, e nós vivemos uma federação, os recursos têm que ser distribuídos entre os Estados e os municípios para que possam ocorrer as políticas públicas. O levantamento feito no TCU chegou à conclusão de que 30% das obras paralisadas são na área de Educação e, desse percentual, uma enormidade de casos passa pelo problema de projetos, problema na execução e sobretudo pelos embaraços que se dão na fiscalização.

O senhor imagine uma obra em que foi feito um investimento de 3, 4, 5 milhões por vezes é paralisada por uma dúvida de 30 mil reais, instaura-se uma tomada de conta especial, investigação da CGU, Polícia Federal, aquela obra nunca mais vai para frente.

O TCU chegar até lá para desembargar aquilo ali e dar continuidade é inexecutável por um problema simples de logística, não tem pé. Nós temos 139 municípios, o Tribunal de Contas do Estado tem dificuldade de chegar. Agora o senhor imagine uma corte apenas para fiscalizar um País com dimensões continentais.

O nosso Estado está vendo a coisa de uma forma diferente, Deputado, nós lá do Tribunal de Contas, nós mandamos onze equipes para os municípios tocantinenses para preparar a documentação do FNDE...

(A campanha é acionada)

...para que os municípios possam aderir ao programa de desembargo das obras paralisadas e inacabadas, porque os municípios não têm condições técnicas de levar à



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

frente. Então, se descentralizam a fiscalização e colocam nas mãos dos tribunais de contas, atribuindo as devidas responsabilidades, nós vamos ter velocidade, é possível celebrar um termo de ajuste de gestão e desembargar uma obra imediatamente.

Obviamente que ninguém está aqui negando o papel do TCU. O Tribunal de Contas da União, conforme diz a Constituição, deve ser parâmetro de fiscalização, modelo a ser seguido, e deve atuar, Senadora Dorinha, nas obras estruturantes deste País, nas ferrovias, na matriz energética, nas grandes obras deixando o varejo, da creche que vai abrigar cem crianças, para a fiscalização do Tribunal de Contas local.

Nós vivemos em uma federação com aplicação de um conjunto de normas que se aplicam a todo o Estado brasileiro, não há razão para concentrar em uma corte apenas, quando nós temos 33.

Então, penso que esse é um modelo que se adequa bem a uma federação, como é o caso do Brasil, e que deve fugir desse modelo unitário de centralização, nós não vivemos em um o Estado unitário. Há que se atribuir confiança aos Estados, aos municípios e também às Cortes de Contas.

Era o que eu tinha a dizer, agradeço a participação e por compartilhar aqui minhas compreensões sobre essas coisas com os senhores e as senhoras.

Muito obrigado.

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Passo a palavra ao autor do requerimento, o Deputado Federal Carlos Gaguim, representando a Comissão Mista de Plano e Orçamento, nossa presidente Daniella Ribeiro.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM – Vai ser rápido.

Já foram nominados aí os Deputados, as autoridades, os prefeitos, Deputado Léo Barbosa que chegou agora.

Muito obrigado pela presença.

E dizer aos queridos Deputados, prefeitos, vice-prefeitos e ex-prefeitos, isso foi dito pelo Conselheiro André, é muito importante, temos uma obra lá em Lizarda, um



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

colégio, né, Sussu, tem sete anos, relator Danilo, tem sete anos e ela não consegue fazer; porque não conseguem recursos, e ela não pode fazer.

É uma coisa grave para todos os nossos prefeitos e prefeitas. Temos que resolver essa situação, e, graças a Deus, com o nosso querido Danilo, a Dorinha, o Vicentinho, com a nossa Bancada lá em Brasília, vamos destravar. Eu tenho certeza. A BR-010 vai sair do papel agora com o nosso Governador Wanderlei.

(Aplausos)

E, Danilo, eu gostaria até que o pessoal lá de Brasília, lá o TCU, pegasse um curso, tá, meu querido Deputado Amélio Cayres, Presidente, com o Governador Wanderlei, que executou mais de 325 obras no ano passado em todos os municípios do Tocantins, obras lançadas, feita concorrência e estão em andamento, umas terminadas, outras vão terminar. Isso é gestão, isso é o que você falou, Conselheiro André.

Gestão do Governo, gestão da sua equipe, porque, em Brasília, como disse o Deputado Vicentinho, o custeio, temos que colocar também custeio para as máquinas, porque os prefeitos não dão conta de abastecer as patrolas, os caminhões, os tratores; não dão conta.

Tem município que é muito grande. Você chega a pedir ajuda, e ninguém quer ajudar. Então é o município. Então temos que colocar custeio para maquinário, principalmente impositivo. E o nosso relator, tenho certeza que ele não vai deixar o Governo Federal pegar as nossas emendas, vamos ter que pegar o PAC, que o PAC é 1 trilhão e tanto. Aqui no Tocantins tem no PAC 3,5 bi, mas, se deixar, não vai sair nada. Vai ficar só no um-sete-um.

Agora com o nosso relator, a nossa Bancada, com o Governador, os nossos Deputados Estaduais aqui e prefeitos, a gente vai estar cobrando para que seja executada pelo menos parte desse dinheiro, que são as obras estruturantes; como também o Vicentinho falou, temos também a Ponte lá de Caseara e temos várias obras aí importantes no Estado, que são prioridade do Governo do Estado, que já colocou, e nossa lá em Brasília.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

O que depender da nossa Bancada aqui, Paulo Carneiro, para a agricultura, que é um setor importante do nosso Estado, vamos estar à disposição.

Falei aqui com o nosso presidente da ATM, o Diogo Borges, sobre a compensação daqueles 2%, e vamos fazer com que o nosso relator possa nos ajudar lá, não sei como, essa diferença que os prefeitos perderam nesses oito meses aí para que possa o dinheiro caixa vir para os municípios.

A Deputada Janad Valcari teve que sair, mas ela, Danilo, já me falou que vai dar um Título de Cidadão Tocantinense para você se você conseguir esse dinheiro aí que nós esperamos de você, a nossa Bancada.

Muito obrigado.

Vamos estar cobrando lá dele 24 horas, porque cobrar o Tocantins sabe. E você leva de exemplo a administração do nosso Governador.

Vou mandar para você, a gente agilizar lá na CMO.

Muito obrigado a todos.

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Obrigada, Deputado Gaguim.

Eu já saudei todos, só o Deputado Léo Barbosa, Deputado Cleiton Cardoso, Deputado Jair Farias, Deputada Janad Valcari, Deputado Wiston Gomes e o presidente do conselho deliberativo do Sebrae, Paulo Carneiro.

É quero só, Deputado Danilo, já disse da importância da sua vinda, eu não posso deixar aqui de mencionar aqui as Lideranças políticas que estão aqui, os vereadores, presidentes de Câmara, vice-prefeitos, prefeitos, prefeitas.

Uma excelente representação, de diferentes regiões.

O nosso Estado é extremamente extenso, e a vinda aqui dos prefeitos demonstra, primeiro, a grande preocupação, e V. Exa., que é meu colega do União Brasil, Deputado com uma grande história, sabe o desafio com que todos nós lidamos com a questão orçamentária.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

O planejamento, a previsão que nós fazemos e que os prefeitos, prefeitas e o Governador realizam e, depois, a execução. O maior desafio nosso na execução é que todo atraso, contingenciamento de uma despesa que foi prevista, que foi autorizada, empenhada, complica toda a execução de quem está na ponta.

Quando nós votamos o Plano da Enfermagem, o piso extremamente justo e necessário, a ponta é que vive o dia a dia do enfrentamento profissional e o seu atendimento. Não é diferente no piso do magistério.

No caso específico nosso, do custeio da máquina pública, tanto o Governo do Estado, no caso o Governo do Tocantins, que é um jovem Estado, que tem muita coisa para ser feita, pela posição geográfica, tem rodovias de integração, é estratégico no que se refere ao deslocamento de grãos em toda a região...

O Tocantins vive uma situação de grande... De muitas obras, mas, ao mesmo tempo, é um dos poucos Estados exportadores. Nós somos um dos poucos Estados exportadores. Significa que nós exportamos mais do que importamos, e a Lei Kandir, que virou uma peça de ficção científica, compromete o nosso Orçamento. O Tocantins tinha que ser compensado nacionalmente.

De igual forma, o Tocantins tem na sua área, não só grandes rios, mas áreas de preservação e parques. Isso tem que ter custo. Se quem já desmatou tudo, quem não cuidou da sua floresta, da sua área, nem dos seus rios, se preocupa e nos fiscaliza, nós precisamos ser compensados.

Nós queremos um crescimento, um desenvolvimento, mas com responsabilidade, preocupando com o meio ambiente, mas isso tem custo. Tem custo para ajudar no atendimento na Saúde, tem custo na expansão da Educação.

Temos duas Universidades Federais, mas que têm um grande desafio, inclusive, o reitor Airton, que eu cumprimentei, é de uma universidade jovem, ela só incorporou dois *campi* já existentes. E tem regiões aqui que o ensino superior ou não está presente ou quem está fazendo essa tarefa é o Estado, a quem não teria nem a competência legislativa, do ponto de vista de responsabilidade, de levar o ensino superior.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Para isso, precisa ter apoio e precisa ter essa garantia. E é na LDO que nós temos a possibilidade, a partir da sua relatoria, da capacidade de ouvir, é de como nós, que lidamos com planejamento, teremos a segurança que uma obra iniciada não vai acontecer como aconteceu com dezenas de creches e escolas, que, às vezes, ficaram um ano inteiro, dois anos, sem receber uma parcela.

Uma obra em andamento no ano de 2022 e ano de dois mil e... O Orçamento do FNDE inteiro era RP9, e a obra não foi paga, não era paga. O serviço sendo feito, a medição apresentada... Significa uma obra candidata a ser paralisada. A lei de retomada das obras já passou na Câmara e no Senado, a nossa expectativa é que ela seja homologada pelo Presidente Lula esta semana. E, como o Presidente Diogo falou, essas obras devem ser atualizadas, os valores. Uma obra que está parada há oito, dez anos, é impossível ser concluída com a previsão inicial.

E, como foi dito aqui pelo Presidente do Tribunal de Contas, quem não pode pagar o preço é quem está pagando o preço: é o povo. É uma creche inacabada no meio de uma cidade e as crianças estudando em casas improvisadas. Isso nós estamos colocando como um problema histórico que nós acreditamos que vai ser resolvido.

Na semana passada, eu estive com a Ministra da Saúde, a Ministra Nísia, falando das UPAs. Em muitas cidades nossas, eu vou dar o exemplo de Crixás: é uma cidade, acho que de 4 mil habitantes, não mais do que isso, mas que foi a primeira UPA do Tocantins, para o atendimento de 40 mil pessoas.

Qual é a lógica de imaginar que uma cidade de 4 mil pessoas consegue manter uma UPA funcionando, imaginando num convênio de cooperação com os outros municípios para manter um atendimento de 40 mil pessoas?

Esse desenho não funciona, precisa ser revisto.

Hoje o formato, o SUS é um modelo nacional que nos orgulha, mas ele precisa ser redesenhado. Nós precisamos entender que só no formato em que está hoje estruturada a Saúde, conseguimos manter o SUS, que tem um excelente desenho funcionando.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

O Estado e a nossa Capital, o único hospital geral que nós temos é o hospital do Estado, e não deveria ser um hospital de porta aberta, porque quem lida com a área da saúde sabe que não poderia ser um hospital de porta aberta, não tem sistema que dá conta de funcionar se esse desenho não for melhor estruturado.

Eu sei que quando nós falamos de Orçamento, nós temos o PPA, que é o planejamento ao longo prazo, a LDO vai definir as diretrizes de execução, os cuidados e as garantias, e é muito importante essa preocupação com as emendas, com os recursos, com a execução, para a garantia, porque um prefeito que põe uma UPA ou uma UBS funcionando, ele não pode simplesmente na semana que vem dizer que não tem dinheiro e na semana que vem ele fechar a porta, e, quando chegar o dinheiro, ele reabre.

Ele tem que manter funcionando.

Então ele não pode acreditar no recurso que deveria vir e que fica paralisado.

As emendas de Saúde começaram a ser pagas em final de junho e agosto, e até lá os municípios o que os fizeram?

Sobreviveram como puderam, de igual forma o próprio Estado.

Então a nossa expectativa com a sua relatoria vem a partir da sua história e sua determinação de fazer os enfrentamentos necessários, porque ela vai dar diretriz para a execução da nossa LOA, o Orçamento público.

O Governador já apresentou as prioridades, vai apresentar as sugestões. A Bancada Federal do Tocantins é responsável para trazer para o Estado cerca de 1 bilhão de reais por ano. É o que a gente traz nas nossas emendas individuais e emendas de Bancada, fora a possibilidade de recursos extras e de apoios às ações particulares.

O Governador, de igual forma, tem feito recursos, não só para sua máquina, a máquina do Estado girar, mas descentralizando recursos para os municípios, apoiando nas ações.

Mas algumas ações são de Governo Federal.

Quem é responsável pela BR-010?



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

É o Governo Federal.

Quem é responsável pela 253, pela 153, pela 235? Por todo o funcionamento das universidades?

É nossa prioridade o hospital universitário aqui de Palmas, porque esse hospital universitário não é só estruturante para a universidade, mas ele ajuda a desenhar todo esse processo de organização da Saúde.

Não é diferente do hospital de Araguaína, que é ligado ao curso de Medicina.

E também, quando nós falamos do Instituído Federal do Tocantins, o IFTO, qual a presença dele nos diferentes municípios?

Eu quero só dizer que nós estamos à disposição.

Eu e o Deputado Danilo já inclusive marcamos nossos diálogos e reuniões.

Eu já estive com o Ministro Fernando Haddad, Ministro da Economia, com a Ministra Simone Tebet, e com toda a estrutura, porque me coube a responsabilidade do relatório da receita.

E o que é isso?

É de onde a gente começa, qual é o dinheiro disponível?

O Governo mandou uma proposta orçamentária dizendo que tem X dinheiro, que o déficit é zero, mas eu preciso saber de onde vem o dinheiro, qual a previsão, o que está colocado como fonte de Orçamento.

Ele existe? Ele tem que ser realinhado?

Então, tem uma grande equipe trabalhando nos números de onde vem cada fonte, qual é o recurso que nós teremos, porque a responsabilidade é imensa, quando eu aprovo uma receita que depois ela não vai se executar, ou, quando eu faço um corte, isso significa que, na hora do Orçamento, nós vamos ter que tirar 40 bilhões ou 80 bilhões, cortando ações que sejam estratégicas.

Então a necessidade desse trabalho integrada, é muito importante estar alinhado, estar dialogando, porque o nosso interesse é o mesmo.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

O que nós sonhamos aqui pelo Tocantins, o Deputado Danilo, meu colega do União, sonha para o seu Estado do Ceará e ao mesmo tempo nós sonhamos para o Brasil inteiro.

Nós queremos que dê certo, com responsabilidade, e entendendo que o maior desafio não é enfrentado por nós, é enfrentado por eles, que estão aqui, é quem está na ponta, é quem não tem jeito de dizer: “Não vou na minha cidade, porque não estou dando conta de pagar o salário esse mês” ou “não estou dando conta de garantir remédio”. Quem está na ponta com a população são os prefeitos e prefeitas, que estão ali no dia a dia, é o Governador aqui que de igual forma, no âmbito do Estado, tem que construir sua condição de trabalho. Então só reforçar essa disponibilidade.

(Aplausos)

Muito obrigada.

Eu passo a palavra agora para o nosso Governador Wanderlei Barbosa para as suas considerações.

O SENHOR WANDERLEI BARBOSA – Bom dia a todos, todas.

Cumprimento o Deputado Carlos Gaguim e a nossa Senadora, presidente, coordenadora da nossa Bancada, Professora Dorinha.

Dessa forma, eu cumprimento o Deputado Federal Vicente Júnior e os demais componentes da Bancada Federal que representam o Tocantins.

Cumprimento o Deputado pelo Estado do Ceará, Danilo Forte, relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024.

Seja muito bem-vindo, Deputado relator, seja muito bem-vindo ao Tocantins.

Agradecemos muito o interesse de V. Exa., de toda a comissão, de nos ouvir, ouvindo essa representatividade que temos aqui.

Agora há pouco o Deputado Gaguim falava no número de pessoas, e eu observo a qualidade e a representatividade que aqui está, das instituições, dos prefeitos, vice-



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

prefeitos, vereadores, de pessoas a quem realmente o povo delegou a missão de representá-lo nos mais diversos lugares e levar os benefícios para as suas regiões e para as suas cidades.

Cumprimento a Deputada Janad Valcari, Vanda Monteiro, Jair Farias, Wiston Gomes, Léo Barbosa.

Cumprimento, em nome de todos os Deputados, o Presidente Amélio Cayres.

Cumprimento o Secretário Sergislei, do Planejamento, e, dessa forma, toda a minha equipe de Governo que está aqui.

Cumprimento o Secretário Executivo de Planejamento e Desenvolvimento de Palmas, representando a Prefeita.

Cumprimento o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Dr. André Luiz de Matos; o presidente da ATM, o Prefeito Diogo Borges, de Talismã.

Cumprimento o vice-reitor da UFT, Marcelo.

Cumprimento o Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae e do Sistema Faet, Paulo Carneiro.

Cumprimento a Chefe-Geral da Embrapa do Tocantins, Dra. Danielle.

Cumprimento o coordenador da UMA, Professor Dr. Luiz Sinésio.

E para que o senhor possa ter a compreensão da importância deste nosso encontro, Deputado Forte, os prefeitos que aqui estão, prefeito de Rio dos Bois, o amigo Moacyr Oliveira; Prefeito de Colinas, o Prefeito Casarin; Prefeita de Lizarda, Prefeita Sussu; Prefeito de Dueré, Valdeni Carvalho; Prefeito de São Félix, do Jalapão, Prefeito Carlão; de Piquezeiro, Jocélio Nobre; de Gurupi, Prefeita Josi Nunes; de Pugmil, Prefeito Dircirneu Bolina; de Monte Santo, Prefeita Enfermeira Nezita; de Tocantinópolis, Prefeito Paulinho do Bonifácio; de Abreulândia, Prefeito Manuel Moura; de Carmolândia, Prefeito Neurivan; de Caseara, Prefeita Ildislene; de São Bento, Prefeito Paulo Anderson; de Barrolândia, Prefeito Adriano Ribeiro; Prefeito de Aparecida do Rio Negro, Suzano; Prefeita de Figueirópolis, Jakeline; de Itaporã, Prefeito Zé Resende, de Santa Tereza, Antônio Campos; de Conceição do Tocantins, João Paulo...



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Alguns saíram, mas outros ficaram, deixaram representantes.

Prefeito de Sucupira, Divino Moraes; Prefeito de Nova Rosalândia, Professor Enoque; de Itacajá, Prefeita Aparecida; Prefeita Nega, de Goianorte, e os demais prefeitos, não sei se eu nomeiei todos.

Mas eu fico muito feliz pela presença e pelo interesse que todos manifestam em uma matéria tão relevante para a sobrevivência e para os investimentos que precisam ser feitos.

Profissionais da imprensa que aqui estão.

Eu quero ainda cumprimentar César Félix Fragoso, que é representante da Codevasf; Eptácio Brandão, vereador de Palmas, que representa os demais vereadores.

Mas, Presidente, o senhor ouviu a mesma coisa, eu posso ser até meio que redundante, porque as reivindicações nossas são parecidas ou são as mesmas.

Diversos, o Deputado Vicentinho, Deputado Gaguim, os nossos, aqueles que se utilizaram da palavra sabem a importância de algumas obras federais que são estratégicas para o nosso Estado. A BR-010, por exemplo, ela deixa Rio Sono e outros municípios no isolamento. E a ligação com o Maranhão, com o Pará, que vem através dessa rodovia. Ela foi uma prioridade nossa.

Quando tratamos do PAC, Deputado Gaguim, nós elegemos, como prioridade, uma das nossas obras prioritárias foi justamente a conclusão da BR-010, da mesma forma a BR-235, partindo de Pedro Afonso. Mas nós temos também que ter uma consciência, ela não tinha um projeto naquele momento. A que tinha projeto era justamente lá no sul do Estado, lá em Paranã, que também é uma prioridade para nós tirarmos Paranã desse isolamento.

Paranã faltavam 7 quilômetros para cá, e faltava o restante.

Então, nós queremos é a conclusão de obras paralisadas, como disse a Senadora Professora Dorinha, no nosso território.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Nós temos creches, escolas, que foram abandonadas ao longo do tempo. Nós também fizemos e temos feito a nossa parte, Deputado Forte, em muitos aspectos. A mesma parceria que nós queremos com o Governo Federal é a que nós estabelecemos com os municípios.

Nós temos estabelecido, nós levamos recursos para os municípios, tem hora que para e depois retorna, porque nós também temos um Orçamento, um planejamento que nós, às vezes, temos que parar aqui, para cuidar da Saúde, para fazermos essas remoções que são estratégicas para a sobrevivência da máquina, mas, principalmente, para a sobrevivência das nossas comunidades.

Nós temos dois anos no Governo e nós já fizemos quase 25 mil cirurgias eletivas, e essas cirurgias são feitas em parceria e, em muitas partes, elas são feitas também com o Governo Federal, que já mandou 4 milhões e 500 mil para o Tocantins, mas nós fazemos parcerias com os municípios, e, onde o município tem centro cirúrgico, nós fazemos parceria com ele, aportamos um pouco de recurso com os diversos que estão aqui.

Então, essa é a parceria que nós buscamos do Governo Federal, da nossa Bancada que nos representa tão bem.

Hoje nós estaremos entregando armamentos, equipamentos, aparelhando a Polícia Militar, tudo fruto da Bancada Federal. Nós somos gratos, porque a Bancada tem nos atendido assim de maneira muito direta, sabendo a importância das nossas comunidades.

Nós sofremos hoje até, Deputado Forte, eu estou falando diretamente para o senhor, porque o senhor é realmente a autoridade que veio nos ouvir para levar daqui. Só um exemplo para...

Eu, às vezes, recebo ligações dos prefeitos em relação à Segurança Pública. Nós já fizemos um concurso, e eu já dei posse no começo do ano para 958 policiais militares e mais de 200 bombeiros, mas nós somos o Estado que chegou aos 35 anos de existência. Com isso, as primeiras turmas de policiais, bombeiros, os primeiros professores, todos eles se aposentaram, e nós já estamos preparando um novo concurso, Senadora, e essa é uma explicação que eu gostaria dar, de maneira...



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Aqui está a ATM, na sua representatividade, pelo presidente Diogo, para que as pessoas...

Às vezes, o prefeito diz: “Olha, tiraram a Polícia de lá”. Não é que tiramos, aposentou já desses, depois disso, 270, e este ano vão aposentar mais 260. Então, mais de 60% do contingente que colocamos já se aposentou. E nós somos parceiros mesmo.

Este mês nós tivemos que mandar uma turma nossa para dar um socorro para o Governo Federal, na Força Nacional. Eu acho que parceria é isso, é o momento em que o Governo Federal precisa, nós mandamos; o momento que nós precisamos, o Governo Federal nos manda. E eu tenho visto uma agonia. Outro dia eu falava em um discurso meu, Diogo, lá em Goiás, que nós vivemos hoje muito de repasse.

Às vezes, estabelece o piso que é necessário, e eu não consigo enxergar uma técnica de enfermagem ganhando 1.500 reais por mês para ela ficar dentro de um hospital o tempo inteiro, atendendo bem, e ganhando 1.500. Eu acho injusto, mas, quando o Governo Federal propõe, ele precisa propor também uma saída, porque isso não é sobrevivência do Estado; às vezes, o Estado dá conta até de pagar. E os municípios de que maneira ficam?

(Aplausos)

Então nós temos feito esse esforço, e eu tenho trabalhado junto à nossa Bancada. Quando tenho oportunidade de falar, eu falo que não decido sobre isso, mas eu queria que houvesse um bom senso nesse aspecto, porque é muito fácil, e olha, até mesmo na questão dos repasses, nós temos, todos nós, uma insegurança.

O Governo do Estado tem e os municípios também têm tido, Deputado Gaguim, porque estão encompridando muito esse assunto, e, daqui a pouco, tem município que paga o 13º em dezembro, o nosso Estado paga o 13º na data do aniversário do servidor, mas, aqueles que não pagam nessa época daqui a pouco têm 13º salário em dezembro, e municípios se apertam para virarem o ano com o Orçamento apertado e, às vezes, até no vermelho. Então, eu fiz algumas, elenquei algumas prioridades.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Nós temos um município – e aqui já é uma outra história – como Tocantínia, por exemplo. Preocupa-me demais Tocantínia, um município bom, hoje no isolamento por 7 quilômetros. Eu sei que há uma reserva indígena ali, mas eu já fiz reunião com todo mundo. Eu não consigo evoluir; eu quero licitar esses 7 quilômetros, mas eu quero levar essa rodovia até Pedro Afonso, quero ligar a margem direita. Nós temos condições de fazer isso.

(Aplausos)

Imaginem o desenvolvimento que isso traria para Tocantínia, mas traria também para toda a margem direita se nós fizéssemos essa rodovia chegar a Pedro Afonso. Imaginem o quanto facilitaria para os moradores da margem direita do nosso rio Tocantins.

O Vicentinho falou na questão da federalização da BR-010 entre Porto... Nós somos ainda, Deputado Eduardo Fortes... Isso não é questão de Orçamento, mas com isso nós chamamos a atenção para um ponto que é relevantíssimo para nós. Ora, como é que nós vamos ter uma rodovia, Paulo, federalizada? Como é que nós vamos ter a presença, por exemplo, da Polícia Rodoviária?

Desde o dia em que a rodovia se federalizou, em que se teve a ideia da federalização, ainda falta trecho ser homologado e ser publicado no Diário Oficial da União.

Nós precisamos da Polícia Rodoviária, porque isso facilita, isso ajuda, é uma força importante para as nossas forças de segurança que chegam a Palmas. Se nós não tivermos uma rodovia federal aqui, nós não teremos a presença da Polícia Rodoviária Federal.

Os prefeitos às vezes reclamam quando há uma festa e o policiamento vai ao município e no outro dia tem que voltar porque nós não conseguimos ainda alcançar o número de policiais no nosso Estado, mas já estamos preparando o novo concurso.

Às vezes aqueles excedentes reclamam e falam: “Oh, você prometeu”. Toda vez que eu venho aqui eu tenho que falar que eu preciso dos policiais, mas eu não chamo se juridicamente isso não for permitido. Só chamo se juridicamente for permitido, porque, para mim, tanto faz fazer um novo concurso ou, se eu puder, aproveitar aqueles que



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

já estão concursados. Para mim é muito melhor, é muito mais fácil. Eu gostaria que isso acontecesse, mas, quando o assunto chega à PGE, ela diz que não pode; o Ministério Público também não aprova, porque diz que o concurso foi homologado. E a gente fica nessa pendência.

Então, Sr. relator, eu quero, mais uma vez, agradecer ao senhor por ter vindo ao Tocantins. Nós somos um Estado de um agro forte, de um agro que começa a crescer; nós já somos o agro mais forte do Norte do Brasil, o maior produtor de grãos.

Isso traz uma sobrecarga sobre as estradas e rodovias do Estado? Traz. Eu conserto uma estrada e ela começa a se deteriorar com um pouco mais de dois anos por quê? Porque aquele trânsito leve que a gente tinha com um caminhão com 12 toneladas hoje nós temos com 70.

E eu estou recuperando rodovias de norte a sul deste Estado. Se você vai ao sul do Estado, há rodovias sendo recuperadas. Na região central foram recuperadas. Na região norte há rodovias sendo feitas, sendo recuperadas.

Ainda temos, Sr. relator, oito municípios que não têm ligação asfáltica, três deles na região do Jalapão, que é a região mais densa turisticamente do nosso Estado e uma das mais densas do Brasil, mas que tem uma dificuldade com o seu solo frágil, o solo arenoso, onde você recupera uma estrada e ela, com três meses depois, já está toda transformada novamente em areia.

Nós estamos levando o asfalto para São Félix. E temos aqui o Prefeito Carlão. Nós já estamos fazendo a estrada, mesmo com todas as dificuldades que enfrentamos.

Nós temos também Itacajá, da Prefeita Aparecida. Nós estamos também fazendo a estrada. Às vezes nós nos enrolamos um pouco até mesmo com a empresa. Pegaram lá e tiveram que ser trocadas as empresas, mas nós estamos fazendo esses asfaltos aí, todos eles.

Temos Taipas, mais na região sul do Estado. Temos, da mesma forma, Centenário e Recursolândia, que são cidades estratégicas do nosso Estado. Após 35 anos de



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Estado, as pessoas têm que conviver com poeira, com lama, com costela de vaca... Isso entristece, mas nós vamos fazendo, já estamos na direção, estamos fazendo todas as estradas.

O nosso governo é um governo de resultado, é um governo de resposta. Fizemos e formamos uma equipe de governo baseada nos bons currículos, nas boas experiências administrativas que tínhamos nas cidades, aproveitando bons prefeitos, prefeitos aprovados nas suas comunidades. E foi dessa forma que nós compusemos o nosso Governo e tem dado certo em nosso Estado, tanto é que nos avaliaram como o Governo mais bem avaliado do nosso País, e isso é fruto de um trabalho que fazemos, e nós não deixamos de fazer as parcerias.

Não é a questão política que inibe a nossa vontade de trabalhar com prefeito, porque nós sabemos que o processo eleitoral só demora três meses, e a gestão demora quatro anos.

Então nós temos que fazer gestão com os prefeitos, com todos os escolhidos nas suas cidades e temos que fazer política com quem nós desejarmos fazer, é assim que nós tratamos aqui, mas querendo sempre o melhor para os municípios e para o Estado.

Por isso eu lhe dou as boas-vindas. Seja muito bem-vindo ao nosso Estado. O Estado o recebe de braços abertos, entendendo e compreendendo a importância desta nossa reunião importante para os prefeitos, importante para o Estado.

Nossa gratidão à Bancada Federal em ter nos recebido e nos atendido tão bem e ter trazido tudo aquilo que é possível.

Na conversa que tive com a Senadora Professora Dorinha, com todos os Deputados e com o Senador Eduardo Gomes, eles deixaram muito clara a disposição de ajudar o Estado e os municípios.

E aí, dessa forma, nós fazemos as nossas parcerias e trabalhamos juntos para um Estado melhor e de prosperidade.

Obrigado por sua visita!

(Aplausos)



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Muito obrigada ao Senhor Governador!

O Governador Wanderlei Barbosa vai entregar um documento com as principais demandas do Governo do Estado ao relator Danilo Forte, juntamente com o Presidente da Assembleia, o Deputado Amélio.

Passo a palavra para o nosso querido Deputado Danilo Forte, relator da LDO, para sua exposição, esclarecendo que o André está com aquela pastinha verde e está recebendo as inscrições para perguntas ao final da exposição do Deputado Danilo Forte.

Quando o Deputado encerrar sua fala, a gente não vai abrir mais inscrição. Então, elas estão abertas até o final da fala do Deputado Danilo Forte.

Seja bem-vindo, Deputado.

O SR. DANILO FORTE – Obrigado, Senadora Dorinha! Obrigado a todos que estão aqui presentes!

Bom dia, Tocantins!

É um prazer muito grande voltar a Palmas – fazia um tempo que eu não vinha aqui – com uma plateia tão seletiva, ao lado de uma Bancada Federal tão participativa, tão atuante, que muito bem representa este Estado em Brasília.

Eu queria agradecer a presença do nosso Governador Wanderlei Barbosa, numa demonstração muito grande de apreço e carinho para com esta Bancada e para com esta Assembleia; e ao Presidente da Assembleia Legislativa, o Amélio Cayres.

Amélio, eu dou sorte, viu? Na última vez em que eu vim aqui, o Gaguim era Presidente da Assembleia; depois virou Governador e está lá com a gente, esse amigo e irmão tão querido, o Carlos Gaguim, que mobiliza todos lá em Brasília, que é uma energia incalculável em defesa dos interesses do Tocantins, é muito presente conosco na Comissão de Orçamento.

Cumprimento a nossa Senadora Professora Dorinha, a maior autoridade no Congresso Nacional na área de educação. Vocês podem ter certeza de que não passa nada na área de educação no Congresso sem o apreço e a aprovação da Senadora Dorinha; e agora



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

em uma tarefa muito importante: só há orçamento se houver o relatório da receita. Como boa Senadora e gestora que é, com certeza ela vai nos dar uma receita factível para que possamos executar um orçamento da dimensão, da grandeza e da necessidade que o Brasil tem hoje.

Então, Senadora Dorinha, eu estou muito feliz em estar aqui ao seu lado.

Cumprimento esse jovem talentoso, o Deputado Vicentinho Júnior, agora filósofo. Quem escuta mais erra menos. Adorei essa frase. E é por isso que estamos aqui para escutar e aprender com este Estado que, apesar de jovem, com apenas 35 anos, é um Estado de referência do crescimento, do desenvolvimento, da pujança e do vigor do Estado brasileiro.

Aqui, Vicentinho, em você parabeno toda a juventude que está adentrando na política. O seu talento, com certeza, servirá de exemplo e estimulará muita gente nova a participar desse debate que é fundamental para a vida em sociedade.

Cumprimento a minha amiga e ex-Deputada Josi Nunes, que trabalhou juntamente conosco lá na Câmara dos Deputados; os Deputados Estaduais Janad Valcari e Jair Farias, meu conterrâneo, que é de uma das regiões mais bonitas do Brasil. Eu tive o prazer de conhecer o Bico do Papagaio. Não há lugar mais bonito no Brasil do que aquele encontro ali dos rios.

Cumprimento a Vanda Monteiro, o Leonardo Barbosa, que tem um exemplo grande a seguir do seu pai, o Wanderlei; a Cinthia Ribeiro e o Heron Bringel, que estão aqui conosco.

O Ceará é um Estado exportador de talentos. E vocês tiveram a vantagem de receber, sem sombra de dúvida, um dos filhos mais inteligentes do Ceará, que é o presidente do Tribunal de Contas daqui, o conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves, que muito bem...

(Aplausos)

...representa a inteligência e a resiliência do povo cearense.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Eu já encontrei muitos cearenses aqui e fico muito feliz em encontrar os amigos. Agora, todos vieram para cá por causa da dificuldade que é lá. Podem ter certeza disso.

Cumprimento o presidente do Sebrae, o Paulo Carneiro, e a nossa chefe da Embrapa, a Danielle de Bem Luiz.

A ATM já tem quórum aqui hoje, viu, Diogo? Você já pode realizar aqui a sessão plenária, porque a quantidade de prefeitos aqui presentes já lhe dá condição de deliberar; e todos aqui interessados naquilo que é fundamental para qualquer país, para qualquer nação, que é o seu Orçamento.

Como já foi falado, o Parlamento nasceu como instituição na democracia – e, anteriormente a ela, inclusive, ainda na monarquia – para construir o Orçamento do rei e da rainha e posteriormente o Orçamento dos governos. Essa era a base da constituição do Parlamento.

E a tarefa mais importante é a compreensão, que nós todos precisamos saber, do que é o Orçamento. O Orçamento é o esforço, é o suor, é a luta, é o trabalho de cada um de nós, cidadãos e cidadãs brasileiros. Todas as categorias econômicas e sociais e todos nós contribuímos para a formação do Orçamento. Da hora em que nós acordamos, quando vamos à padaria comprar o pão, até a hora em que vamos dormir e desligamos a luz, nós estamos pagando imposto; e esse imposto é que forma o Orçamento nacional.

Muitas vezes, nós achamos que é uma coisa distante porque não está no nosso dia a dia, no debate dentro da casa das pessoas, mas ele é fundamental porque é a partir dele que são definidas todas as políticas públicas.

O Orçamento do Brasil não é coisa pequena. Para vocês terem uma ideia, o Orçamento consolidado de 2022 – porque o de 23 ainda está em curso e, quanto ao de 24, nós ainda estamos elaborando a proposta – foi algo em torno de 4 trilhões de reais. Como se diz lá no Ceará, é dinheiro que gente besta não conta. Para 2024, vai ser algo em torno de 5 bilhões de reais; 5 trilhões, desculpem-me, 5 trilhões de reais. Com tanto dinheiro, por que falta tanta coisa? Por que há tanta necessidade?



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Aqui, nas várias falas que foram feitas anteriormente, todas estavam reivindicando corretamente e justamente a aplicação de recursos públicos. Primeiro porque nós temos quase 46,3% desse Orçamento para pagamento de dívidas, amortizações e pagamento de juros, o que significa dizer que, em 4 trilhões, nós temos algo em torno de 1,87 trilhão para pagamento ao sistema financeiro.

É por isso que o mercado é tão sensível e, muitas vezes, não compreende a necessidade do momento que o País está vivendo. Nós estamos vivendo um pós-pandemia muito traumático.

Dentro desse compromisso orçamentário, nós ainda temos mais de 20% comprometidos com a Previdência, que é exatamente o retorno daquelas pessoas que contribuíram ao longo de suas vidas para terem o direito a uma aposentadoria, para terem o direito a uma segurança financeira na última etapa de suas vidas.

E, dentro desse contexto, que foi muito questionado aqui, é que está sobrando pouco para os Estados e municípios, que é uma fração em torno de 11% de transferências aos Estados e municípios, algo que foi, inclusive, agravado recentemente.

Essa política que foi feita – a de desoneração tributária de incentivo para o Bolsa Anfavea, que é aquele recurso que foi dado para as montadoras de carros viabilizarem a diminuição dos seus estoques e a venda dos carros – foi exatamente em cima do IPI e do Imposto de Renda, que são a base de transferência para os Estados e municípios, ou seja, tirou-se dos Estados e municípios, neste ano, algo em torno de 7 bilhões de reais naquela medida provisória que não chegou a ser votada, mas, durante o seu período de vigência, foram desovados, foram vendidos os carros das montadoras em cima exatamente deste momento de dificuldade que nós estamos vivendo.

Some-se a isso a queda da arrecadação do último trimestre; e não é pouca coisa. Em três meses, houve uma queda de arrecadação no Brasil de algo em torno de 104 bilhões de reais.

Essa estratégia do imposto alto, juro alto e inflação tira dinheiro das famílias brasileiras. Há um empobrecimento muito grande do povo brasileiro. Há uma queda



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

no mercado de consumo do varejo. E onde há crescimento econômico é nos setores que menos pagam impostos, que são exatamente o setor do agro e o setor da mineração.

Quanto aos setores do varejo, principalmente dos produtos com valores agregados, houve uma queda muito grande de receita e, nessa queda de receita, nós estamos vivendo este momento de dificuldade, porque estão aí os prefeitos, na sua grande maioria, inclusive, questionando essa perda de receita.

E podem ter certeza de que a culpa disso, em boa parte, foi exatamente dessa medida provisória que deu isenção de impostos federais que são transferidos para os Estados e municípios, o que tirou do bolo da transferência 7 bilhões de reais.

Esse questionamento precisa ser feito nesse embasamento para se poder, inclusive, cobrar aquilo que já foi tão falado aqui, a tal da compensação, a compensação que o Governo Federal precisa dar aos Estados e municípios.

No entanto, a gente vai vendo aqui que sobra muito pouco para todas as atividades públicas de Estado. Para se ter uma ideia, mesmo com um orçamento setorial sendo da Saúde, ele reflete apenas 3,37% de todo o Orçamento do Governo Federal; já o segundo lugar, que é a Educação, é algo em torno de 2,7.

Dentro desse contexto, nós precisamos exatamente priorizar as nossas ações, ou seja, nós estamos nesta luta e neste debate aqui brigando por algo em torno de 30%, ou seja, menos de um terço do que sobra do Orçamento federal para esses investimentos. Neste momento, há essa discussão macroeconômica.

Inclusive, a Senadora Dorinha tem uma preocupação muito grande, até porque a responsabilidade dela é maior ainda, que é a de fornecer o relatório da receita.

O Governo tem falado muito em déficit zero, ou seja, não deixar saldo negativo para o Orçamento do ano que vem; só que, para esse equilíbrio acontecer, ele precisa, de um lado, ou diminuir despesas – e até agora não foi falado nada em relação a isso – ou, de outro lado, aumentar as receitas, porque, no momento atual, nós já temos uma queda, em três meses acumulados, de 104 bilhões e temos uma projeção para o ano que vem de um



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

furo de algo em torno de 168 bilhões de reais, mantidos todos os programas do Governo de 2023 para 2024.

Essa conta é igual ao orçamento da casa da gente; precisa de equilíbrio. Se a gente gasta mais do que o que recebe, no mínimo cria descrédito, vai diminuindo o crédito, vai diminuindo a possibilidade de receber mais recursos e investimentos; e quem paga a conta, como foi dito aqui, é exatamente a população mais carente.

Então, diante deste momento, nós precisamos criar condições para reverter essa situação macroeconômica em que nós estamos colocados.

E aí a gente vê que as medidas que já foram tomadas... E boa parte delas, inclusive, já endossadas, já aprovadas pelo Congresso Nacional, como é a questão do voto do Carf, naquela situação *in dubio pro Receita*; da busca das transações tributárias, que é exatamente a conciliação entre os devedores e a Receita Federal; e das apostas esportivas, que é uma evasão fiscal que existe no Brasil e até agora ninguém sabe o parâmetro exato e quanto é arrecadado nessas apostas eletrônicas. Ninguém sabe, nem a Receita Federal sabe, mas a gente sabe que há um volume de recursos muito grande, porque só em patrocínio de times de futebol, de federações e da própria CBF são gastos bilhões de reais. Só o patrocínio da CBF é de 1 bilhão e 100 milhões de reais, feito por essas instituições de apostas no Brasil.

Então, diante disso, nós já regulamentamos esse quadro das apostas eletrônicas, o que diminui a evasão.

Temos também a discussão sobre o juro de capital próprio das empresas, que é uma postura contábil em que, muitas vezes, as empresas escondem o lucro dentro do próprio capital.

Temos uma medida provisória que, para nós do Norte e Nordeste brasileiros, é muito ruim, mas está em debate, que é a 1.185. Tentaram acertar no que viram, mas acertaram no que não viram. A Receita queria, com isso, cobrar imposto sobre o reflexo do subsídio dado para as empresas no Norte e Nordeste brasileiros.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Também os Estados, diante dessa guerra fiscal, muitas vezes, são obrigados a dar subsídio no ICMS. E essa sobra do ICMS é tida pela Receita Federal como lucro que as empresas têm.

Então, essa discussão está feita. Nós já tivemos a oportunidade de estar duas vezes com o Ministro Haddad discutindo isso. Ele já assumiu um compromisso conosco que tira, inclusive, a perspectiva de transformar essa medida provisória em um projeto de lei em regime de urgência, retirando qualquer dúvida com relação ao corte de subsídios. Só que não tirar os subsídios já é um avanço, porque isso mantém o incentivo do Finor, que é do Nordeste, e do Finam, aqui da região Norte do País, com relação aos subsídios às indústrias para a atração de indústrias, mas, por outro lado também, ainda precisa ser discutido como vai ficar esse texto em relação ao ICMS.

Dentro disso, nós temos uma projeção da Fazenda, que é a calculadora do Ministro Haddad, de que, com as mudanças do Carf, ele consegue 54 bilhões; com as transações tributárias, 42; com as decisões que estão no STJ, 35; com os fundos exclusivos, mais 13; com a mudança do juro do capital próprio, mais 10; com os fundos de *offshore*, mais 7; com a questão dos varejistas internacionais, mais 2,8; e, com as apostas esportivas, algo em torno de 0,73 milhão de reais.

Essas são as projeções do Governo para ter receita no ano que vem, só que boa parte delas ainda não foi votada no Congresso Nacional e nós já estamos na segunda quinzena de outubro, ou seja, nós temos menos de noventa dias para a conclusão do ano e ainda falta votar fundo exclusivo, juro sobre capital próprio e a Medida Provisória nº 1.185, além das cobranças das *offshores*, que são empresas criadas como *tradings* para fazer comercialização de produtos brasileiros no exterior.

Então, vendem barato para essas *tradings* geralmente em um paraíso fiscal e essas *tradings* vendem mais caro para o mercado consumidor, principalmente da Ásia e da Europa. Isso faz com que o nosso País perca a oportunidade de ter mais receita.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

O próprio presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, já avaliou como positiva tanto a cobrança dos fundos exclusivos como das *offshores* em uma audiência pública que ele teve conosco na Comissão Mista de Orçamento.

Dentro desse contexto, o País não pode parar. Um terço da nossa força econômica é o agronegócio. E a gente tem feito audiências públicas tanto nos Estados como nos setores da economia. A gente teve a oportunidade de conversar com a Frente Parlamentar da Agropecuária, que é a frente mais forte dentro do Parlamento brasileiro. Lá nos foram colocadas algumas questões que precisam ser discutidas no Orçamento de 2024 com relação à questão do contingenciamento, que é a retenção que muitas vezes o Governo Federal faz para buscar um equilíbrio entre as liberações dos recursos, ou seja, o aposte dos recursos, e a métrica da arrecadação.

Então, dentro dessa questão do contingenciamento, nos foi pedido para evitar contingenciamento no que diz respeito ao seguro rural, que é um impeditivo muitas vezes no período da safra, que retarda muito a liberação do plano safra. E, retardando a chuva, os investimentos não podem esperar.

Então, geralmente se pede recurso, inclusive, de um ano para o outro exatamente por esse retardamento.

Há a questão da pesquisa e do desenvolvimento, que aqui foi muito bem relatada pela nossa coordenadora da Embrapa, que é um setor de ciência e tecnologia que precisa da liberação desses recursos; a defesa agropecuária, que é fundamental para a venda dos produtos da agropecuária; e a assistência técnica e extensão rural, principalmente no que diz respeito à agricultura familiar, que precisa dessa assistência técnica e da extensão rural, que precisam desse financiamento para garantir as suas questões que estão ali colocadas.

Outra questão que também está sendo muito discutida na CMO – e aqui vai uma homenagem a todas as mulheres no nome da nossa Senadora Dorinha –, que foi também uma demanda da nossa presidente da comissão, é a questão do empreendedorismo feminino.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Hoje, quando se faz a questão do orçamento da mulher dentro do orçamento federal, colocam-se muito mais as questões da família do que propriamente do empoderamento feminino, que é uma realidade. Hoje as mulheres estão muito mais ativas tanto na política como nas atividades empresariais. E elas precisam do fortalecimento com relação às suas ações, porque elas já dominam, inclusive, algumas áreas das atividades comerciais com um bom valor agregado. Por exemplo, as áreas de beleza, estética, bem-estar, moda e alimentação hoje têm uma participação feminina muito forte, só que é preciso que o Governo tenha uma disponibilidade com relação a essa questão.

Pode passar.

Inclusive, com a Medida Provisória nº 1.187, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, nós já colocamos até uma emenda – que foi, inclusive, por mim colocada – incluindo os programas de apoio ao empreendedorismo feminino, porque, dessa forma, você garante que todas as políticas públicas de incentivo e de estímulo às atividades empresariais também vão ser colocadas dentro de uma linha de prioridade com relação ao empreendedorismo, junto com o engajamento das mulheres no Brasil.

Essa é uma preocupação que a gente teve a oportunidade de discutir e debater com a bancada feminina no Congresso Nacional e foram alocadas exatamente essas questões que aqui foram colocadas e apresentadas por mim.

O Brasil tem se diferenciado muito e fortemente na questão das energias renováveis. E está aqui o sol, que foi, inclusive, um dos grandes mártires da nossa luta no Nordeste, hoje se colocando como a redenção da nossa economia. E país nenhum no mundo consegue produzir energia mais barata do que a produzida com o vento e o sol no Nordeste brasileiro.

A agenda do mundo hoje é essa, é a mudança climática que está aí colocada.

Quando eu vinha do aeroporto para o hotel em Palmas ontem, fui conduzido por um cearense lá de Mombaça, terra do meu querido amigo e grande exemplo



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

de vida pública no Brasil, que foi o Deputado Paes de Andrade. Eu fui assessor dele; em 1983 eu já era assessor do Paes de Andrade. O motorista vinha dizendo: “Doutor, mudou o quadro de chuva. Quando nós chegamos aqui em Tocantins, chovia praticamente todo dia na época do inverno e chovia fortemente. Agora as chuvas estão mais esparsas”.

Então, essas mudanças climáticas não são sentidas só aqui em Palmas; elas estão sendo sentidas no mundo inteiro, haja vista agora a questão do ciclone no Rio Grande do Sul, haja vista a questão da seca na região amazônica, tudo isso em função do excesso de calor que está sendo gerado a partir da emissão dos combustíveis fósseis, principalmente a queima dos combustíveis fósseis, que são responsáveis pela geração de quase 70% da energia no mundo.

E agora, de novo na Amazônia, com essa seca, nós vamos ter problemas no fornecimento de energia. Vão ter que colocar a térmica, a óleo diesel, para rodar.

E o Brasil ainda subsidia, tira do nosso bolso, tira do nosso orçamento 1 bilhão e 120 milhões por ano para subsidiar o carvão mineral, que é exatamente a energia que mais polui, que mais emite calor, que mais emite carbono no mundo; isso sendo subsidiado com o dinheiro nosso, do povo brasileiro.

Então, nós precisamos fazer esse debate, precisamos trazer, juntamente com as energias renováveis, a perspectiva, inclusive, da reindustrialização. Está aí o Governo falando muito em neindustrialização. O Brasil tem condições de ser o grande protagonista da economia verde no mundo.

Há a busca de selo verde nos produtos manufaturados. Daqui a pouco estará aí o carro elétrico, daqui a pouco estará a geladeira verde, daqui a pouco estará o ferro verde, o aço verde... Tudo isso passa necessariamente por uma política de mudança na matriz energética e na resolução da diminuição dos impostos.

Eu tenho discutido isso; já tive várias oportunidades de estar com o atual Vice-Presidente Geraldo Alckmin, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. E ele tem colocado com muita segurança... Se a gente não avançar na reforma tributária...



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Inclusive, ela é boa para os municípios que estão aqui presentes, na sua grande maioria, porque eles vão ter aumento de receita na medida em que são...

Nós somos de uma região que é mais consumidora do que exportadora de produtos manufaturados. O ICMS – que hoje é dividido com São Paulo ou com o centro-sul do Brasil, onde está a grande maioria das indústrias, ou com a Zona Franca de Manaus, onde estão as indústrias de motos e de TI – vai ser destinado para o consumidor. E o consumidor vai estar onde? Vai estar exatamente nos municípios e nos Estados principalmente das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Diante disso, eu tenho, inclusive, dito para o Governo Federal que, em vez de ele estar aumentando imposto, deveria estar trabalhando para que o Senado pudesse votar logo essa reforma tributária e para a gente reduzir o prazo da transição, porque, reduzindo-se o prazo da transição, nós vamos ter a portabilidade de mais recursos exatamente para onde mais se necessita.

Dentro dessa política de reindustrialização, não adianta o Brasil querer ser competitivo no nível mundial com essa taxa exorbitante de impostos e tributos que nós pagamos aqui, com a energia cara chegando à indústria. A gente só vai ter condições de virar essa chave se a gente tiver a energia barata, que é a energia do sol e do vento, com linha de transmissão para levar essa energia do Norte e do Nordeste do Brasil para os centros consumidores.

Para vocês terem uma ideia, hoje o Ceará, o Piauí, o Rio Grande do Norte e a Bahia produzem muito mais energia do que consomem. Só que é mais caro transmitir energia do Nordeste para o centro-sul do Brasil do que levar energia térmica do Rio de Janeiro, de São Paulo ou do Paraná para esses centros consumidores. A energia térmica, além de ser cara, hoje é nociva para a sobrevivência e a sustentabilidade da humanidade.

Nós temos também aí algumas inovações.

Essa é muito importante. Aqui eu peço, inclusive, a atenção das Sras. e Srs. prefeitos que estão aqui presentes e do Governador. O Brasil hoje tem 18,2 milhões de pessoas com deficiência e mais da metade desses 18,2 milhões são pessoas com autismo.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Nós não tínhamos e não temos uma política integrada no nível nacional de como lidar e conviver com esse problema.

Muitas vezes as crianças estão aí sofrendo *bullying*. Para vocês terem uma ideia...

O senhor é que é de Monsenhor Tabosa?

(Manifestação fora do microfone)

Pronto! O Deputado aqui é de Monsenhor Tabosa.

Uma vez eu estava indo a Novo Oriente, perto da cidade dele. Ele conhece Novo Oriente, no caminho de Crateús.

Essa imagem me marcou profundamente para a minha vida toda. Eu vi uma criança dentro de uma jaula, uma criança que deveria ter algo em torno de 10 ou 11 anos de idade.

Aquilo me assustou tanto, porque eu estava de passagem. Parei o carro, fui a uma mercearia próxima à casa da família e disse: “O que é isto aqui?”. Porque, de longe, eu pensava até que era um animal. Aí disseram: “Todo dia de manhã eles botam o menino aí. O menino tem deficiência mental e tal e todo mundo convive aqui com isso”. Eu disse: “Isso é um absurdo”.

Em Brasília, o Correio Braziliense, que é o principal jornal da Capital da República, vive denunciando agressões contra crianças dentro de sala de aula por terem deficiência.

Aí você vê como é o mundo. Em Irauçuba, a terceira cidade em desertificação no Brasil, que fica depois de Fortaleza e Sobral, foi criado um núcleo de atenção às crianças com deficiência. E nesse núcleo há toda uma segmentação de cuidados que começam na neuropediatria, Senadora Dorinha, passando pela psicologia, pedagogia, terapia ocupacional, educação física, música e teatro.

E aí você cria um centro de convivência em que as crianças se sentem felizes porque têm inclusão social, porque têm convivência, porque têm harmonia; são respeitadas porque ali estão técnicos, profissionais preparados e capacitados para lidar com



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

essa área. Ao mesmo tempo, a família se sente confortável, o pai e a mãe, porque, muitas vezes, a mãe fica numa escravidão com relação a isso, pois não pode trabalhar, não pode sequer ter outra atividade.

E outra coisa também que eu não sabia: isso hoje é uma causa muito grande até de separação das famílias, do abandono dos lares, muitas vezes, pelos pais, porque não há uma compreensão, uma maturidade para enfrentar esse problema dentro de casa.

Então, nós criamos essa ação; essa ação está dentro do Orçamento.

(Aplausos)

Pode passar.

Na primeira vez em que eu estive no Ministério da Saúde levando essa ideia, fui tratado assim, até com um certo... “Esse cara não é da área da saúde. Esse cara chega aqui...”.

Eu, para quebrar o gelo, coloquei que, quando eu tinha sido o relator da Ebserh, todo mundo era contra a Ebserh, que é a empresa brasileira de recursos humanos que cuida dos hospitais universitários. Eu já vi gente falando aqui dos hospitais universitários, que precisam ser fortalecidos. E hoje a Ebserh é uma excelência de gestão de hospitais públicos; até para o setor privado.

E, dentro dessa construção, entenderam que realmente não havia uma política pública e que era necessária uma política específica para isso. Então, nós já criamos um subtítulo no Orçamento; o subtítulo é o 6506, está lá.

Os Parlamentares, cada Deputado e Senador, são obrigados a colocar 50% das suas emendas na Saúde. Nós somos 513 Deputados Federais e 81 Senadores. Se cada Deputado e cada Senador colocar pelo menos um núcleo, nós já vamos, a partir do ano que vem, ter algo em torno de seiscentos núcleos pelo Brasil atendendo essas crianças, dando dignidade a essas famílias.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Nós nascemos, inclusive, já com a rubrica de 156 milhões de reais, o que não é pouco. Nós já temos essa rubrica aqui instalada.

E aqueles municípios hoje – é importante que os Srs. prefeitos aqui presentes saibam –, que já têm atendimento e que estão credenciados para essa ação dentro do Ministério da Saúde, poderão não só construir os núcleos, como também ter verba de custeio. E nós conseguimos, inclusive, um acréscimo de 20% no custeio para as entidades que estão credenciadas junto ao Ministério da Saúde.

Isso é uma vitória muito importante para esse segmento, para essas crianças e pra essas famílias e é uma forma de a gente humanizar o Orçamento. O Orçamento público, muitas vezes, é tão maltratado e as emendas públicas, algumas vezes, são tão incompreendidas. Todo grupo social tem gente que presta e gente que não presta. Eu digo muito isto: ninguém pode condenar as emendas, porque tem muita emenda boa. Eu construí uma universidade no meu município – uma unidade da Universidade Federal do Ceará, o *campus* dos Jardins de Anita, em Itapajé – com emenda parlamentar.

Eu acho que esse núcleo hoje vai ser o grande diferencial do Orçamento de 2024 exatamente para essas crianças que, muitas vezes, estão esquecidas e abandonadas no Brasil.

Nós, inclusive, copiamos... Este projeto aqui é um projeto do Estado do Rio de Janeiro, que nos doou... É um padrão básico. Esta obra, inclusive, tem a planta baixa, que é a próxima que está aí, toda integrada na arquitetura para o desenvolvimento de todas essas ações que eu falei.

Este projeto custa algo em torno de 5,2 milhões de reais para cada núcleo desses. E, a partir daí, o município não só vai ter o núcleo, como também vai ter a garantia do custeio para essas atividades.

E, por último, estão aqui as equipes multidisciplinares de que eu falei lá atrás: neurologia, nutrição, fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional, psicopedagogia, arteterapia, serviço social, pedagogia, professor regente de sala regular, professor



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

especialista em atendimentos educacionais personalizados e outras atividades de relevância para o tratamento da pessoa com TEA.

A gente, na próxima quarta-feira, vai fazer uma audiência pública – e aqui convido a Senadora Dorinha, os demais Deputados e demais pessoas que possam participar – na Comissão de Orçamento exatamente para discutir e para divulgar esse tema, que é de fundamental importância para as crianças brasileiras.

Dando continuidade às demandas que nós estamos ouvindo nos setores da economia – inclusive, isso já foi falado aqui também –, vemos a importância do turismo no Orçamento. A gente sabe que turismo e cultura geralmente são muito esquecidos nos Orçamentos públicos, mas são atividades econômicas muito fortes; e eu julgo, talvez, as mais democráticas, porque, no turismo, ganha dinheiro do pipoqueiro ao dono do avião.

Então, você consegue democratizar muito esse recurso.

Nós estamos, inclusive, criando uma política de incentivo ao turismo. Para vocês terem uma ideia, em comparação com o Brasil, com toda essa beleza que o País tem, com toda essa riqueza – e nós do litoral temos quase 7 mil e 500 quilômetros de praia –, uma única praia no México, que tem só 22 quilômetros, recebe mais turistas que o Brasil no ano inteiro de turismo internacional.

Então, esse é um investimento que a gente precisa fazer e valorizar. O Brasil precisa aumentar sua receita e, com isso, promover um grande trabalho de distribuição de renda.

Dentro dessa questão orçamentária no turismo, a gente também vai tratar da questão do custeio dos equipamentos de turismo, porque, muitas vezes, o prefeito ou o governador fazem um polo de lazer, mas vem um outro, que não é da mesma linha política, abandona aquele polo de lazer e lá vai o prejuízo para a população.

Então, a gente também está criando a oportunidade de os recursos do turismo também serem aplicados no custeio com relação a essa questão.

E agora, falando de praia, eu vou entrar aqui na praia da Senadora Dorinha, que, sem sobra de dúvida, é uma das maiores lutadoras pela educação básica do nosso País.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Eu não sabia – e foi, inclusive, a Professora Dorinha que me alertou para isso e nós fizemos também uma reunião na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, isso é importante para os prefeitos – que a merenda escolar, o uniforme e o transporte escolar não entram na conta do Fundeb; entram no limite de gasto das prefeituras. Isso dá uma dor de cabeça danada e aperta o orçamento das prefeituras.

Então, nós vamos colocar que, a partir de 2024, esses recursos poderão ser alocados no Fundeb...

(Aplausos)

...e poderão, inclusive, fazer parte... Para que isso possa diminuir a pressão orçamentária sobre os municípios. Eu acho isso uma vitória muito importante, até porque vai haver um aumento razoável nos recursos do Fundeb no ano que vem. E a Senadora Dorinha, com certeza, está trabalhando com relação a essa inclusão no Orçamento de 2024.

Então, meus amigos, para concluir – conversa comprida não enche a barriga de ninguém e eu já estou vendo que há gente com fome por ali –, o que nós estamos fazendo aqui é um exercício de cidadania.

Eu aqui agradeço muito ao Governador Wanderlei Barbosa. Eu tenho um grande amigo no Ceará chamado Wanderlei Barbosa. Por isso não esqueci seu nome.

Dentro desse exercício de cidadania, é fundamental que possamos levar esse debate para todos os lugares.

Nós somos muito sacrificados. O povo brasileiro está muito escravizado por uma política de impostos e taxas. Para vocês terem uma ideia, na energia que consumimos na nossa casa, para nós aqui de classe média, 48% do que pagamos não é energia, é imposto, é subsídio, é transferência de recursos. Fora isso, nós ainda pagamos Imposto de Renda, Imposto sobre Circulação de Mercadorias...

São mais de 3 mil tipos de legislação no Brasil. É por isso que eu tenho tanta convicção de que essa reforma tributária é urgente e necessária.

A gente precisa fazer com que essa mobilização social seja algo de conscientização, porque, no Brasil, é muito comum delegar aos políticos as decisões



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

políticas. Depois se arrependem e começam a falar mal dos políticos. Há um bocado deles que merece mesmo que a gente fale mal deles, há muita gente sem-vergonha no meio.

Os políticos são as pessoas mais expostas. Ninguém é tão exposto na vida pública como os políticos, porque dos artistas só mostram o lado bom, muitas vezes; quando mostram o lado ruim, vendem fofoca como um todo.

Quanto ao político, a exposição é diuturna por quê? Porque todas as fragilidades que nós temos nas nossas vidas, todas as dificuldades que nós temos nas nossas vidas nós transferimos para a responsabilidade da política.

E, dentro deste momento, trazer o debate do Orçamento, trazer o debate da situação fiscal e financeira do País, compartilhar tudo isso é criar um cenário de responsabilidade em que todos nós possamos entender que nós vivemos na nona economia do mundo, no segundo maior produtor de alimentos do mundo – só assim temos condições de alimentar o mundo inteiro –, mas temos 30 milhões de pessoas passando necessidade dentro do Brasil.

É triste ver hoje cidades como São Paulo e Rio de Janeiro – e nós já fizemos essa audiência lá – com um exército de moribundos no centro dessas cidades, pessoas moradoras de rua por falta de oportunidade, na sua grande maioria. É lógico que há muita gente também levada para lá pelo tráfico de drogas, mas a grande maioria – podem ter certeza – está ali não por uma opção própria, mas por falta de oportunidade.

E o Brasil é um país que está repleto de oportunidades. Aonde você vai, no Brasil, você tem riqueza. E onde não há nada, há sol e vento para fazer energia.

Então, o que a gente precisa é exatamente fazer com que esse tipo de debate...

E aqui agradeço muito a persistência do Gaguim, esse amigo irmão, e do Vicentinho, que, juntamente conosco, estiveram diuturnamente trabalhando para que pudéssemos fazer esse debate aqui, para que as pessoas pudessem compreender melhor a



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

dificuldade que é fazer o Orçamento e, ao mesmo tempo, pudessem discutir aquilo que elas querem como prioridade para os seus investimentos.

Muito obrigado.

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Ao tempo em que nós agradecemos a exposição do Deputado Danilo Forte, relator da LDO, eu abro espaço para as intervenções, pedindo que nós fiquemos dentro do tempo, três minutos.

Eu quero cumprimentar aqui o Deputado Júnior Brasão e o Deputado Fabion Gomes, que estão conosco. Os demais Deputados já foram saudados.

(Manifestação fora do microfone)

O SR. DANILO FORTE – Todo mundo recebeu esta tarjzinha aqui, não é?

A Lei Orçamentária, para vocês terem ideia, são 3 mil e 400 páginas. Não é pouca coisa.

Então, neste QR Code aqui vocês têm acesso à Lei Orçamentária, vocês têm acesso, inclusive, a um relatório preliminar que a gente fez para iniciar o debate e têm capacidade também de dar sugestões.

Então, temos este QR Codezinho aqui. Qualquer pessoa que queira participar pode acessar, pode adentrar, pode ir lá e colocar seu comentário e também tecer a sua contribuição para a construção do Orçamento participativo.

E, quanto mais impositivo ele for, melhor. Inclusive, foi questionada aqui pelos Deputados a questão da impositividade. Quanto mais a gente tiver condição de saber de onde vem o dinheiro – a Senadora Dorinha vai fazer o relatório da receita –, onde ele vai ser gasto e como ele vai ser gasto, melhor para a população, para a sociedade e para nós do Parlamento também. Podem ter certeza disso. A coisa que mais orgulha um Parlamentar é ele saber que colocou a emenda, que ela foi bem aplicada e que está servindo à população.

Então, dentro dessa construção, é importante o apoio de vocês.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Bom, estou saudando e agradecendo ao Presidente Amélio Cayres, ao Deputado Júnior Brasão, ao Deputado Fabion Gomes, ao Deputado Cleiton Cardoso, ao Deputado Jair Farias, à Deputada Vanda Monteiro, ao Deputado Wiston Gomes e ao Governador por terem ficado conosco até agora e pela atenção.

Eu passo a palavra para o Sr. Elpídio Ferreira, do Movimento Pró-BR-010.

Vou falar a ordem de inscrição.

Pode sentar, Elpídio. Você é o primeiro.

Depois o Sr. Íris Batista, também do Movimento Pró-BR-010.

Depois o Cristiano Reis.

Depois a Berenice Barbosa, Secretária da Mulher; o vice-reitor Marcelo, da UFT; e o reitor Airton Sieben, que são os inscritos.

Por favor, Elpídio.

O SR. ELPÍDIO FERREIRA – Boa tarde a todos e a todas!

Só estou lembrando a importância da BR-010 e quero dizer que, se quando a BR foi paralisada em 2007 e 2008, ela tivesse tido a seriedade e o interesse das autoridades como hoje, graças a Deus, estamos tendo... Temos o interesse do Governador Wanderlei, da Senadora Dorinha...

Estivemos juntos também com o Deputado Ricardo Ayres no DNIT há poucos dias, no dia 2 deste mês, com uma pauta importantíssima que foi tratada.

Hoje já conversamos com o Deputado Danilo Forte e o Deputado Gaguim, o qual também sempre defendeu a BR. Estamos sempre pedindo a ele, que já nos garantiu desde o PPA em junho.

Ao Deputado Vicentinho, que sempre nos ajudou, pedimos que volte para dentro dessa pauta, para que ele nos dê força, porque isso é importante, principalmente com a luta da federalização aqui em Palmas.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

O presidente da ATM hoje defende, junto com a gente, que é muito importante a BR-010 para todos os municípios por onde ela passa, desde Paranã a Goiatins. São 735 quilômetros dentro do Estado do Tocantins. Ela é importante para o País inteiro.

Para finalizar, só quero agradecer mesmo a todos vocês. Peço que todos se interessem muito por essa pauta, porque ela é importante para a questão social, para a questão econômica, para o agronegócio e para a sobrevivência dos municípios que estão sem asfalto na sua porta, porque a BR-010 é uma solução. Ela vai ajudar os prefeitos a transportarem os seus doentes, porque há pessoas que morrem no caminho por falta de chegar aonde está o socorro.

Eu quero perguntar ao nosso relator como é que a gente pode ter uma garantia de que essa obra – assim como a BR-235, a BR-242 e todas as obras importantes, mas, especificamente, a BR-010 – vai ter orçamento e, no que depender da Câmara, no que depender da Comissão de Orçamento, vai ter recurso para que ela seja concluída.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Muito obrigada, Elpídio.

Não sei se o Íris está aqui.

Cristiano Reis? Cristiano?

Com a palavra o Sr. Cristiano Reis.

O SR. CRISTIANO REIS – Bom dia a todos. É uma honra estar aqui e poder falar.

Eu queria chamar a atenção para o seguinte: quanto à BR-010, faltam apenas menos de 300 quilômetros para ligar Belém a Brasília passando por Palmas.

Eu vejo a imprensa divulgando sempre a duplicação da BR-153. Eu acho que, neste momento de crise que o nosso País está passando, seria muito mais econômico – devido à escassez de recursos que a gente está vendo com a diminuição da receita e da arrecadação – o País concluir esses 300 quilômetros. Assim, a gente vai ter uma duplicação natural ligando Brasília a Belém, ou seja, o caminhoneiro vai sair de Belém e vai chegar à



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

cidade de Estreito – MA. Se ele for passar por Araguaína, ele vai pegar a BR-153; se ele for passar por Palmas, ele vai pegar a BR-010.

Eu acho que essa BR vai ter uma duplicação natural. O fluxo de trânsito que tem hoje a BR-153 vai ser diluído de uma maneira incalculável. Nós vamos ter economia, diminuição de acidentes...

Nós vemos que a nossa Bancada está unida; temos que aproveitar este momento.

Nós estivemos em Brasília há uns 15 dias e tivemos a garantia, juntamente com a Senadora, com o Deputado Ricardo Ayres e com o Governador Wanderlei Barbosa, de que a rodovia vai ser colocada no PAC, mas eu vejo uma dificuldade, pois ela está paralisada há 15 anos, desde 2007; o TCU a embargou, mas ela já está desenrolada, como o Deputado Vicentinho falou.

Eu vejo o seguinte: já foram gastos, nesses 15 anos de paralisação, mais de 120 milhões em manutenção. Eu até falei lá no DNIT outro dia: “Nós vamos chegar a 500 milhões em manutenção?”. Esses 120 milhões já dariam para ligar Aparecida do Rio Negro a Rio Sono, já teria sido feita a ponte do rio Perdido. Fica aqui o meu alerta.

Eu vejo que está todo mundo engajado nesse movimento e eu quero agradecer a cada um de vocês aqui.

Obrigado pela oportunidade.

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Muito obrigada, Cristiano.

Deputado Danilo, a título de esclarecimento, quanto à BR-153, a duplicação ou a terceira faixa estão dentro do contrato de concessão que já foi feito. O Ministro Renan esteve há cerca de 15 dias em Gurupi apresentando o projeto até Aliança.

No caso da BR-010, nós estivemos com o presidente do DNIT e já houve o comprometimento de, até novembro, ser lançado o processo de licitação para o projeto. A rodovia é extremamente importante não só para a região, mas para a integração nacional. Ela



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

deve ser prioridade de toda a Bancada e do próprio PA. Esse é um compromisso, porque é extremamente...

Uma rodovia não compete com a outra; ao contrário, elas fortalecem muito o Estado.

Passo a palavra para a Berenice Barbosa, Secretária da Mulher.

Eu gostaria até de esclarecer ao nosso relator do Orçamento que a Secretaria da Mulher é recém-criada, Deputado Danilo Forte. O Estado não tinha Secretaria da Mulher.

De igual forma, o turismo é uma grande preocupação. O Secretário Hercy não se inscreveu, mas já anotou um monte de coisas, não é?

O Tocantins aprovou uma lei específica em relação à pessoa com deficiência, à criação de núcleos e, inclusive, sobre a pessoa com autismo. Já está no PPA do Estado essa criação. Em alguns municípios, como Sítio Novo e outros, já estão bem adiantadas a inscrição e a equoterapia.

Então, todo esse conjunto, que com felicidade nós vemos aqui nas diretrizes do Orçamento, é extremamente importante e vai ajudar muito o Estado nessa tarefa que ele está assumindo.

Com a palavra a Secretária Berenice.

A SRA. BERENICE DE FÁTIMA BARBOSA CASTRO FREITAS –

Bom dia!

Eu quero cumprimentar o Deputado Federal Danilo Forte e dizer, Deputado, que é um prazer recebê-lo no nosso Estado numa missão tão importante como essa, neste momento em que nós estamos também construindo o nosso PPA, o nosso Orçamento.

Eu quero cumprimentar a Senadora Dorinha, nossa amiga, a nossa Senadora, a Senadora do Tocantins; e cumprimentar o Deputado Carlos Gaguim, que é o meu amigão, amigo do peito, não é, Deputado?



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Quero cumprimentar o presidente do TCE, cumprimentar o Diogo, presidente da ATM, e o Seu Paulo, meu amigo Paulo Carneiro.

Quero cumprimentar o Presidente da Assembleia também, que é um grande parceiro, um grande amigo; o Deputado Vicentinho; o Heron, meu colega de município; e os demais da Mesa.

Eu quero que se sintam cumprimentados.

Eu quero cumprimentar essa plateia, os prefeitos, as prefeitas, os secretários e os colegas que estão aqui presentes.

A minha fala é na defesa da criação da Casa da Mulher Tocantinense.

Deputados, prefeitos, eu quero aqui fazer a defesa disso nessa solicitação, uma vez que o Estado do Tocantins tem um índice muito elevado na violência contra a mulher.

Nós temos duas cidades que são assim cruciais: Araguaína e Gurupi. E aqui eu quero fazer uma ressalva com relação a Gurupi, cuja prefeita já saiu. Recentemente, nós implantamos várias ações naquele município e o índice foi reduzido de forma considerável. E foram ações pequenas, não foram ações tão grandes, mas fizeram a diferença naquele município.

A Secretaria é uma Secretaria recém-criada, ainda sem orçamento, e nós precisamos avançar muito na construção das políticas em defesa daquela mulher vulnerável.

Eu me alegrei quando o Deputado falou da inclusão de programas de empoderamento feminino. Aqui nós estamos trabalhando dessa forma.

Está aqui o meu grande parceiro, o Seu Paulo. Temos várias parcerias com o sistema S. Nós já capacitamos neste ano 1.500 mulheres, com a perspectiva de chegarmos a 4 mil mulheres nos 139 municípios deste Estado.

Já realizamos várias campanhas de defesa da mulher e de combate à violência dentro do Estado, mas a nossa luta é na criação da Casa da Mulher Tocantinense em Gurupi e em Araguaína. Para isso eu vou passar às mãos da Senadora Dorinha e do Deputado Carlos Gaguim um ofício onde nós detalhamos melhor de que forma nós



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

gostaríamos de receber o recurso para a implantação dessa casa, que é uma casa de acolhimento onde nós vamos acolher aquela mulher vítima de violência; nós vamos dar a ela apoio psicossocial, nós vamos dar a ela um espaço para ofertar cursos de capacitação para que ela possa ter dignidade e continuar a sua vida com dignidade, criando seus filhos e adquirindo a sua independência financeira.

Eu quero aqui, mais uma vez, fazer um pelo, Senadora, fazer um apelo, Deputado Danilo Forte, no sentido de olharem também para essa Secretaria, que é uma Secretaria recém-criada, mas nós precisamos fazer a diferença, elevando os níveis do Tocantins não como violento, mas como um Estado que cuida das suas mulheres em todas as suas áreas – seja na educação, seja na saúde – e contra a violência e com o empoderamento.

E eu quero agradecer a oportunidade e dizer, Senadora: estou aguardando-a lá na Secretaria para uma visita.

Muito obrigada e um excelente dia a todos!

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Muito obrigada, Secretária Berenice!

O Tocantins ainda não tem nenhuma Casa da Mulher Brasileira. Quanto a Palmas, eu trouxe o recurso, mas infelizmente a casa ainda não está pronta, houve muito atraso na obra.

A Ministra tem uma vinda aqui, até a convite da Secretária Berenice e nosso. Provavelmente, com esse anúncio da expansão...

Então, é muito importante o seu apoio.

Eu passo a palavra para o vice-reitor, representando a Universidade Federal do Tocantins, o professor Marcelo.

O SR. MARCELO LEINEKER COSTA – Boa tarde a todos!

Eu gostaria de cumprimentar todas as autoridades presentes na pessoa da Senadora Professora Dorinha.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Quero agradecer e parabenizar o Deputado Danilo pela abertura. Este momento de escuta é fundamental para que a gente tenha uma peça orçamentária que realmente contemple as prioridades de cada região. Então, agradeço a sua presença e a sua disponibilidade.

Inicialmente, antes de falar sobre a pauta principal, que eu trago em nome da universidade, eu queria agradecer pela união da Bancada tocaninense na defesa da educação.

A Universidade Federal do Tocantins não estaria hoje como está sem o trabalho de vocês nos últimos anos, desde 2013. Em nome de toda a comunidade acadêmica e da sociedade tocaninense, eu os parabenizo e demonstro aqui a minha admiração por esse trabalho.

Hoje eu venho aqui reforçar a importância de garantirmos recursos para a implantação do Hospital Universitário da UFT dentro da Lei Orçamentária de 2024.

Desde o anúncio do PAC – em que o HU não esteve contemplado, demonstrando-se um grande vazio no centro do Brasil, em que nós temos apenas hospitais universitários contemplados no 1,5 bilhão na periferia, o que, na verdade, não contempla essa região que tem tanto desenvolvimento, como foi aqui colocado, a nova fronteira agrícola de desenvolvimento do Brasil, que é responsável por alimentar o mundo, como foi colocado –, nós iniciamos uma grande peregrinação entre os Parlamentares, pelos Ministérios da Educação e da Saúde e pela Ebserh. Chegamos a entrar em contato também com o Ceciliano, da Casa Civil.

Todos se sensibilizaram em relação à importância de termos aqui o desenvolvimento e a implantação do Hospital Universitário – que é uma luta que remonta a 2013, mais de dez anos, portanto – na nossa região.

Eu queria agradecer a todos que nos receberam e nos acompanharam nas nossas apresentações, que também...

(Manifestação fora do microfone)



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Temos o curso de Medicina e não temos... Na verdade, temos diversos cursos públicos e particulares. Inclusive, não podemos crescer – sob a demanda que já foi apresentada pelo Ministério da Educação – pela falta de campo de estágio que a ausência do Hospital Universitário representa.

O Governo do Estado garantiu a continuidade do processo de doação do terreno. Eu queria agradecer ao Governador Wanderlei por ter encampado essa batalha. Estamos agora nos “finalmentes” do desmembramento do terreno para podermos viabilizar novamente a adequação do projeto.

A garantia dos recursos do Hospital Universitário da UFT na LOA de 2024 é um passo que depende de todos nós aqui, para que possamos efetivar sua implantação. Uma vez garantidos esses recursos, passamos à fase de captação de recursos junto ao Ministério da Saúde, dentro das Secretarias de Atenção Básica e de Atenção Especializada, que já reforçaram o seu comprometimento com a complementação dos orçamentos.

Por fim, também já temos a manifestação do presidente Chioro, da Ebserh, em relação a assumir a gestão do Hospital Universitário da UFT.

A implantação do Hospital Universitário vem para preencher uma lacuna fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado, em que todas as áreas do conhecimento se envolvem para buscar resolver problemas regionais de saúde que extrapolam o simples tratamento e passam a ver o ser humano de forma sistêmica, em que a saúde integral é resultado da garantia de todas as necessidades básicas.

Nesse sentido, no ensino e na extensão, inclusive quero destacar aqui o trabalho da Senadora Dorinha no apoio fundamental à extensão da Universidade Federal do Tocantins. Ela sabe o resultado que tem trazido para o desenvolvimento do nosso Estado.

Alinham-se à pesquisa para desenvolver procedimentos, estudos e projetos que possam garantir a perenidade de saúde da população local...

Nesse contexto, destaco ainda os resultados obtidos por mais de 17 anos na Universidade da Maturidade, que é um dos projetos de extensão. Estávamos aqui também com o coordenador do projeto, o professor Sinésio, que tem resultados extremamente



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

fundamentais na qualidade de saúde dos velhos do nosso Estado. O projeto já tem sido, inclusive, adotado por outros Estados, como é o caso recentemente de Mato Grosso.

Esse é um projeto que é reconhecido nacionalmente e que também deve ser contemplado no Orçamento para garantir sua expansão e desenvolvimento, ou seja, é importante destacar a importância, Deputado, de garantir, dentro do Orçamento, uma rubrica para a saúde das pessoas idosas, dos velhos.

Não temos que nos pautar por concorrer com outras grandes universidades do País e do mundo, pois já sabemos o nosso nicho de atuação, já sabemos como nos destacar e como atingir um patamar de excelência em uma qualidade de vida que possa tornar o Tocantins um dos Estados mais atrativos para se viver. Para isso, é fundamental que todos estejam apoiando a garantia do início da implantação do Hospital Universitário ainda no ano de 2024, pois é um projeto de anos de implantação.

Se iniciarmos em 2024, apenas em 2028 teremos as portas abertas, mas os resultados já são imediatos, pois poderíamos ampliar as vagas dos cursos de Medicina e das outras áreas da saúde já a partir do ano que vem.

Por fim, eu gostaria de sensibilizar o Exmo. Deputado Danilo Forte, que já conduziu a Fundação Nacional de Saúde no passado, sobre a importância desse equipamento público de saúde para que possamos garantir as condições do nosso sistema de saúde, para que se garanta uma continuidade do desenvolvimento do Estado do Tocantins, pois o desenvolvimento não se faz somente através da ampliação das malhas viárias e também dos projetos estruturantes, mas, sim, de uma saúde de qualidade e integrante que somente um hospital universitário pode promover para o nosso Estado.

Agradeço na esperança, então, de que essa união se reverta na peça orçamentária de 2024, com um orçamento para que possamos dar início a essa obra.

Obrigado.

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Muito obrigada, Professor Marcelo.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Esclarecendo, eu, em particular, inclusive, já coloquei recursos outrora para o hospital, mas, em virtude de organização interna, não foi possível. Hoje isso é prioridade. A Bancada quer abraçar não só o curso de Medicina, já com várias turmas formadas. E, logicamente, há a questão do hospital, mas não é só o estágio, é toda a gestão e todos os cursos da área de saúde.

Então, Deputado Danilo, nós estivemos com o Ministro Camilo, que é do seu Estado, e fizemos uma proposta para que a Bancada possa ajudar o projeto, para que ele entre no PAC. A gente coloca recurso para ajudar numa responsabilidade que é do Governo. Que o Governo coloque, para cada real que a Bancada colocar, também 1 real, porque isso é importante para a saúde e para a educação do Estado, mas é importante para toda a região.

(Aplausos)

O último inscrito, pois o professor Airton não está aqui, é o Secretário Hercy Filho, Secretário de Turismo do Estado.

E já se encerram as inscrições.

O SR. HERCY FILHO – Senadora, obrigado pela oportunidade de poder falar.

Eu não sei se...

(Falha no áudio)

Acho que agora deu certo.

Vou ser bem rápido, Senadora.

Quero cumprimentar nosso Deputado Danilo Forte. Se ele se lembrar bem de fisionomia, ele vai se lembrar da minha pessoa, porque ele passou os últimos quatro anos indo ao Ministério do Turismo.

E aqui eu quero fazer a deferência que ele fez ao colocar e destacar como um dos eixos estruturantes do seu relatório o turismo. Nós passamos quatro anos distribuindo simpatia e cafezinho com o Ministro Marcelo Álvaro e com o Ministro Gilson Machado.

Então, ele era uma pessoa muito frequente nas causas do turismo do Ceará.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Eu quero fazer aqui alusão à sua frase, Deputado, dizendo que, do pipoqueiro à empresa aérea, o turismo desenvolve e melhora a renda das pessoas. São 53 atividades da economia que são diretamente impactadas pelo turismo.

Eu queria fazer aqui... Desde a Câmara de Vereadores a esta Assembleia Legislativa, o Governo Wanderlei foi o grande propulsor do orçamento da Secretaria neste ano. Eu quero pedir aqui também aos Srs. Deputados que nos ouvem, quanto à questão orçamentária aqui do Estado, e ao Governo Federal que a gente possa ter orçamento.

O Deputado Danilo é uma testemunha daquilo em que o Ceará se transformou através do turismo. Muito do desenvolvimento do Ceará se deu pelo turismo, além de outras vertentes, com certeza, mas o turismo foi uma das molas propulsoras do Ceará.

Eu não sei, Deputado, mas, se falássemos de quinze anos atrás, talvez... Eu não sei se o tempo é exatamente esse, mas, em alguns governos deste último século, pelo menos, tanto na promoção e na estruturação, tudo no Ceará é exemplo vivo para o Brasil do tanto que o turismo é importante.

Nessas rubricas que eu coloquei – e aqui estão os prefeitos –, há um impedimento de se fazer recapeamento de asfalto nas obras estruturantes dos municípios, pois o prefeito só pode pegar dinheiro se for para asfalto novo.

Eu cito aqui São Félix, do meu amigo Carlão, uma das cidades mais visitadas turisticamente no Estado. Se ele pegar dinheiro no Ministério do Turismo, ele só pode fazer um novo asfalto em uma vila que não tem, mas não pode recapear o centro da cidade porque não há uma rubrica específica para isso.

Então, eu acho que ajudaríamos muito as prefeituras no sentido de possibilitar... Os espaços urbanos são os espaços que o turista quer ver. Ele vai para um atrativo, mas depois ele vem para a cidade; normalmente vem para a cidade, não é

Há mais uma questão que a gente vai defender através dessa Bancada que tem sido parceira. Deputado, entre o Estado da Bahia e o Estado do Tocantins há a região



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

das Serras Gerais e do Jalapão. São as duas regiões bem turísticas entre as sete regiões que o Estado tem.

Pelo lado sul, para ligar o nosso Estado ao nosso belo Nordeste, de quem somos irmãos, a minha cidade faz divisa com a Bahia, está na fronteira da Bahia. A Bahia começa a fazer fronteira com Goiás e vem até o Tocantins, até chegar ao Matopiba lá em cima.

Então, em toda essa fronteira, Deputado Gaguim e Senadora Professora Dorinha, há a estrada que liga a divisa lá, na garganta da Bahia, a Mateiros.

Nós iríamos fazer a integração, Deputado, de quatro grandes eixos do ecoturismo brasileiro, que são a Chapada dos Veadeiros, as Serras Gerais, o Jalapão e a Chapada das Mesas, no Maranhão. Seria uma abertura para o Sul do Brasil, porque há o *hub* de Brasília logo ali dentro da chapada, uma grande parte de Goiás como emissivo nosso, um pouco ali do Triângulo Mineiro e todo o Nordeste brasileiro unindo esses quatro eixos do ecoturismo, do turismo de natureza, que são as regiões da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, Serras Gerais e Jalapão, no Tocantins, e Chapada das Mesas, no Maranhão.

Então, é só para dizer ao senhor desse gesto da Bancada e do fato de o senhor vir ao Estado conhecer essas demandas. Isso é um vanguardismo, isso é um diferencial. Acho que a sua relatoria vai ficar marcada por esse gesto.

Muito obrigado.

Um grande abraço.

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Tem a palavra o Deputado Danilo Forte para as suas considerações, ele que é relator da LDO.

O SR. DANILO FORTE – Respondendo rápido aqui, é o seguinte: primeiro, com relação à BR-010, eu não posso falar de quantidade de dinheiro, pois quantidade de dinheiro vai ser discutida na LOA, mas eu posso falar de priorização para o Orçamento.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Então, dentro do compromisso da priorização do Orçamento, eu não tenho dúvida de que, com essa valorosa Bancada que vocês têm aqui, com certeza, a 010 será a prioridade primeira, zero – como a gente chama lá no Parlamento –, com relação ao Orçamento do ano que vem.

(Aplausos)

E digo mais: dá para trabalhar e forçar um pouquinho neste ano, porque, na PEC da transição, o Ministério que mais recebeu recursos foi o Ministério dos Transportes. E eles lá ainda estão com 16 bilhões neste ano para empenhar.

Então, se lá continuar desse jeito, vai faltar coisa para empenhar neste ano, porque não há projeto aprovado. Se houver projeto de engenharia aprovado lá, caberá uma pressão no Ministro Renan, porque ele tem que, até dezembro, destinar esses 16 bilhões que ainda estão no caixa dele. E dá para fazer muita coisa com esse dinheiro, com certeza.

Então, acho que tanto o Elpídio como o Cristiano têm o meu compromisso na priorização e o meu apoio para que a gente possa, inclusive, já pressionar o Ministro para colocar algum recurso neste ano.

Com relação à Berenice, a questão do empreendedorismo feminino também engloba a questão do combate à violência contra a mulher. Inclusive, a Senadora Daniela, presidente da nossa comissão, é muito preocupada com isso; ela tem colocado muito essa questão. E os recursos são dentro dessa linha que a Senadora Dorinha já colocou. O que a gente precisa agora é viabilizar o Orçamento.

Professor Marcelo, eu até fiquei surpreso, porque, inclusive, eu achava que era uma premissa, para poder haver um curso de Medicina, haver um hospital universitário nas universidades federais. Eu não conhecia nenhuma federal que não tivesse um hospital universitário. A primeira que eu estou conhecendo é aqui no Tocantins. Com certeza, haverá o meu integral apoio com relação a essa reivindicação. Eu tenho, inclusive, uma boa relação com o Chioro. A Ebserh hoje é uma referência.

Por ironia do destino, era Ministro da Educação na época em que foi criada a Ebserh o Ministro Haddad. Ninguém queria relatar recursos por causa da confusão que era



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

enfrentar o sindicalismo dentro dos hospitais universitários. Eu mesmo tive muitos problemas lá no Ceará com manifestações do PT e tal naquela época. Hoje estão todos aplaudindo.

Para se ter uma ideia da desconformidade, um mesmo tomógrafo foi comprado por três universidades federais no Brasil. Uma comprou por 700 mil, outra comprou por 1 milhão e 100 e a última comprou por mais de 2 milhões o mesmo tomógrafo na época.

O número de funcionários públicos que eram pendurados no orçamento dos hospitais universitários sem trabalhar era um negócio fantástico. A Ebserh regularizou tudo isso.

Então, eu acho que, com esse princípio e, inclusive, com essa discussão da Senadora Dorinha de para cada real da Bancada haver 1 real do Ministério não vai ser difícil construir essa parceria com o Ministro da Educação, até porque fica muito difícil, é até um discurso ruim ter uma Faculdade de Medicina que não tenha um hospital universitário para atender a essa demanda.

Com relação ao Hercy, foi um prazer reencontrá-lo, bem como o nosso sanfoneiro, o meu amigo Gilson Machado, e o Marcelo, que está Deputado agora lá com a gente.

Eu concordo com as suas palavras nessa questão do recapeamento. Lá no Ceará, estão trocando muito o asfalto pelo bloquete – lá a gente chama de bloquete –, até porque evita a emissão de calor, é melhor e embeleza mais, inclusive, o centro turístico.

No Ceará, o segredo foi a parceria do Estado com a iniciativa privada. É uma coisa que ajuda muito, até porque dá continuidade às ações. Lá nós temos isso tanto em Jericoacoara como em Canoa Quebrada e Beach Park; é uma estruturação muito forte com relação ao apoio também da rede hoteleira.

Então, essa parceria com o setor privado é fundamental para dar continuidade às ações da política de turismo.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Esse chamamento do ecoturismo hoje tem tudo a ver, inclusive, com a pauta mundial, que é a do carbono zero, que eu acho também que pode ser incluída dentro do crédito de carbono. Eu acho que a gente pode, inclusive, fazer aí... Nós estamos discutindo na Câmara e vamos votar até o final deste ano a regulamentação do crédito de carbono, que é exatamente a compensação para diminuir a emissão de carbono.

Você pode colocar, inclusive, essa ideia boa. Vou levar essa proposta para a gente colocar o ecoturismo também dentro dessa atividade.

Por último, quero agradecer a todos que tiveram a paciência de nos ouvir aqui até agora.

Um abraço e um agradecimento especial à Senadora Dorinha, ao Gaguim, que é um irmão, e ao Vicentinho.

Quero reafirmar o nosso compromisso com esse trabalho.

Como eu dou muita sorte, toda vez que alguém preside a Mesa aqui, quando eu volto de novo, ele é Governador. Quero ver se eu volto para cá para a Dorinha ser Governadora do Estado. Aí a gente vai ficar mais feliz.

Obrigado!

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha) – Bom, eu agradeço ao Deputado Danilo, com certeza.

Só quero deixar aberto o espaço para alguma instituição que queira mandar ainda sugestões.

A Secretária Miyuki vai entregar uma solicitação sobre a questão do peixe, que é um grande potencial que o Estado tem.

De igual forma, há a questão da segurança pública. O Secretário Wladimir está aqui. Há o esforço que ele vem realizando para melhorar os resultados e garantir a segurança das pessoas.

Agradeço a todos os presentes, em especial ao Deputado Carlos Gaguim pela iniciativa; ao presidente da ATM, o Diogo Borges; aos prefeitos e às prefeitas resistentes



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

aqui, que estão até agora conosco; ao Presidente da Assembleia, o Deputado Amélio Cayres; ao nosso Governador Wanderlei Barbosa; à equipe dos órgãos federais; ao César, da Codevasf; ao pessoal da universidade; ao Secretário da Segurança Pública e ao Hercy.

Encerramos.

Agradeço pela presença de todos os vereadores e lideranças que estão conosco.

Dra. Danielle, da Embrapa, sinta-se cumprimentada.